



Impresso Especial

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...

Adverso

Nº 149 - Agosto/2007



RIO GRANDE DO SUL O que fazer?

Estudo da FEE analisa a economia gaúcha nos últimos 40 anos e mostra que a diversificação da economia e o fortalecimento de redes de cooperação entre pequenas empresas podem ser uma alternativa para alavancar o crescimento econômico do estado.

POR QUE O BRASIL NÃO APRENDE?

A experiência da Escola da Ponte, em Portugal, e as escolas invisíveis do Brasil.



Quem disse que segunda é um dia chato?

A Adufrgs, através do programa **Segundas no Cinema**, está promovendo a exibição de uma seleção especial de filmes na Sala Redenção. A entrada é franca. Fique atento para as datas e prepare a sua pipoca!

Programação

06 de agosto	Terra em Transe
24 de setembro	Lamarca
15 de outubro	Mauá, o Imperador e o Rei
19 de novembro	Feliz Ano Velho

Horário:
19h

Local:
Sala Redenção
Rua Paulo Gama, 110



www.adufrgs.org.br



Seção Sindical da Andes-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Diretoria
Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
1º vice-presidente: Cláudio Scherer
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann
1º secretário: Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira
2º secretário: Maria Luiza A. Von Holleben
1º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva
2º tesoureira: Maria da Graça Saralva Marques
1º suplente: Mauro Silveira de Castro
2º suplente: José Carlos Freitas Lemos

ADverso

Publicação mensal impressa
em papel *Reciclato* 75 gramas
Tiragem: 4.500 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Veraz Comunicação Ltda
Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)



Reportagem: Maricélia Pinheiro,
Clarissa Pont e Zaira Machado (7812)
Fotos: Clarissa Pont (13302)
Ilustrações: Telmo Guerreiro
Capa: Telmo Guerreiro
Projeto gráfico e diagramação: Fabricia Osanai

O papel do sindicato, o sindicato de papel e o sindicato no papel

Esta é uma boa brincadeira com as palavras e seus significados. A língua portuguesa se presta bem para isto dada a versatilidade de nosso vernáculo. Mas o tema não é brincadeira. Historicamente os sindicatos foram criados para cumprir um papel determinante no desenvolvimento das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida (incluindo aqui as condições do próprio trabalho). Para tanto não bastava organizá-los em uma agremiação simplesmente. Era necessário que compreendessem o seu papel dentro do sistema de acumulação de riqueza e o quanto e de que forma eram expropriados. Que tipo de luta deveria ser travada. Os sindicatos eram educadores dos trabalhadores.

A sindicalização dos servidores públicos, em especial dos professores, trouxe novos componentes à questão. Não se trata mais de disputas no âmbito da redistribuição da mais-valia ou da emancipação de classe. Os professores públicos não fazem parte da classe operária e nossa identidade com os demais assalariados, por aproximação intencionalmente promovida por nós e para atender nossos interesses, dá-se marcadamente a partir dos anos 80 no Brasil, com a autodenominação "trabalhadores da educação" e o desfraldar das bandeiras como gestão democrática, autonomia e qualidade dos serviços prestados. O fato é que aqueles momentos marcantes de mobilização dessa "classe" em ascensão, ao final dos anos 90 e início do novo século sofre uma inflexão importante. Nossas bandeiras, embora sob o manto dos interesses gerais da sociedade, resguardam de forma crescente, interesses cada vez mais corporativos, perdendo a intensidade da aproximação com o resto da sociedade. São as novas bandeiras do reconhecimento dos valores individuais, são os nossos planos de carreira, das nossas pesquisas, da nossa autonomia e independência, que em momentos de tensão, se colocam muitas vezes em campos opostos aos interesses sociais. Os sindicatos dos professores têm patrocinado esta situação. O que é sério. O seu papel histórico, de educar as "massas" perdeu-se ou pelo menos hibernou. Perdeu o rumo e, conseqüentemente a sua capacidade de mobilização e de interlocução com a sociedade e, em especial, com os demais trabalhadores.

Recuperar o poder educativo do sindicato implica repensar o seu próprio papel neste novo milênio. Sindicatos que perderam o rumo na virada do século acabaram por perder sua base de apoio, sua capacidade de mobilização e de negociação. Assim radicalizam suas posições, se isolam politicamente e tornam-se aparelhos político-partidários estranhos aos interesses dos professores. Este é o caso da Andes. Este se tornou um sindicato de papel.

Por fim termos um sindicato que cumpra o papel que lhe é desafiado e que seja legalmente e politicamente reconhecido faz parte de nossas conquistas. Isto significa termos um sindicato no papel, isto é, legalmente constituído. Esta legalidade também faz parte das nossas conquistas.

A hora é agora. Construir um sindicato local que represente os professores das Ifes é tarefa imediata de todos os que têm compromisso com um serviço público realmente público, de qualidade efetiva cujos resultados sejam de reconhecimento social. Assim, nossas reivindicações serão reconhecidas como legítimas e teremos o apoio de todos.

Diretoria da Adufrgs

4. Segurança Social

5. Entrevista

"A economia é uma estratégia para a mudança"

DONNA MORTON, diretora executiva do Centre for Integral Economics, organização não governamental canadense que conduz pesquisas econômicas para tornar as cidades sustentáveis.

8. VII Reunião de Antropologia do Mercosul

10. Vida no Campus

12. Campanha Salarial

13. Os educadores anônimos e as escolas invisíveis

JOSÉ PACHECO, idealizador da Escola da Ponte, fala da inovadora experiência portuguesa e de muitas que existem no Brasil, segundo ele, de dar inveja às escolas da Europa.



17. Quanto e como o Rio Grande do Sul cresceu

Pesquisa da FEE, que desenha a evolução da economia do estado nos últimos 40 anos, deve servir de base para novos estudos e para auxiliar na definição de políticas públicas de desenvolvimento econômico.

20. Artigo

Alguns temas em torno e além da questão das cotas e das ações afirmativas

por OTÁVIO VELHO

22. Navegue

23. Orelha

24. Hipermídia
Engenho e arte

26. Observatório

27. A História de Quem Faz

A causa dos inativos na OEA

por **Josemar Dantas**

editor do suplemento Direito & Justiça, do jornal Correio Braziliense, de onde esse artigo foi extraído.

O cumprimento pelo presidente da República da intimação feita pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) da OEA encaminha para fase decisiva a denúncia contra o Estado brasileiro, por violação dos direitos humanos, ajuizada pelos servidores públicos inativos. A invocação da instância internacional busca in- validar a Emenda Constitucional nº 41 (art. 4º), de iniciativa do Executivo, que ordenou a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração de pensionistas e de funcionários em gozo de aposentadoria. A despeito dos vícios de inconstitucionalidade, conforme entendimento quase unânime da comunidade jurídica, o Supremo Tribunal Federal (STF) depôs sobre a Emenda o lacre da constitucionalidade. A tese dos primeiros sete advogados que recorreram à OEA em nome do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap) foi além de apontar, no aresto da Magna Corte, violação às garantias constitucionais do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada, cláusulas imodificáveis pelo Congresso (art. 5º, XXXVI, da Carta Política). Contestou a linha de argumentação de dois ministros, afinal admitida como forte contributo à decisão do STF, no sentido de que os encargos previdenciários têm caráter de imposto. E se imposto é – assinalava o entendimento vitorioso – não havia impedimento para que fosse aplicado conforme as conveniências do governo, no caso o gravame sobre a remuneração de pensionistas e aposentados. A denúncia oferecida à OEA sustentou que, acaso possível considerar correto semelhante entendimento, não se prestaria para suporte da constitucionalidade decretada pelo Supremo.

De fato, diz o art. 153 da Constituição que compete à União instituir impostos sobre (...) “III — renda e proventos de qualquer natureza”. Ora, o que se paga a aposentados e pensionistas são proventos sobre os quais incide, à força do mencionado

dispositivo, o Imposto de Renda.

Logo, impor novo imposto sobre proventos constitui bitributação. Portanto, se contribuição previdenciária é imposto, como fazê-lo incidir sobre fato gerador (proventos) já alcançado por imposição tributária? É o que, também, questionou na denúncia à OEA os patronos da causa ajuizada pelo Mosap.

A denúncia chama atenção para o fato de que o seguro social garantidor de pensões e aposentadorias fora resgatado mediante o pagamento dos prêmios durante o tempo exigido pela legislação. Em consequência, sustenta não passar de absurdo exigir a continuação de pagamento por um contrato.

— explique-se, ditado pelo poder discricionário da administração pública.

— já extinto pela completa implementação de suas cláusulas. E violências do gênero afrontam as convenções internacionais sobre direitos humanos subscritas pelo Brasil.

Uma vez ultrapassado o juízo de admissibilidade, que é a Comissão de Direitos Humanos da OEA, a iniciativa do Mosap será julgada na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Seu êxito agora parece ainda mais tranquilo depois que o presidente da República admitiu que o rombo na Previdência Social, argumento usado para tomar recursos de pensionistas e aposentados via novo ônus previdenciário, não existe. Os déficits, conforme disse, procedem da transferência ao sistema de pesados encargos financeiros resultantes de políticas sociais.

Na hipótese de condenação do Estado brasileiro, da sentença não será admitida nenhuma espécie de recurso (art. 67 da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos). E está sujeita a cumprimento inevitável, uma vez que os tratados internacionais sancionados pelo Brasil têm execução obrigatória. É o que ordena o art. 5º, § 2º da Constituição (cláusula pétrea) e § 3º, do art. 1º, da Emenda Constitucional nº 45.

Decreto Reuni

O MEC divulgou, em julho, o resultado da Comissão que criou a regulamentação do Reuni. A análise completa do documento está em curso, mas já é possível afirmar que alguns avanços foram feitos. Os cursos de pós-graduação, ao contrário do que se pensava anteriormente, foram considerados o que significa que grandes universidades que contam com pós-graduações fortes, como a Ufrgs, ficam em melhor posição. A Adverso publicou na última edição matéria sobre o Decreto Reuni, medida do governo federal voltada para a ampliação do ensino superior. As formas de implementação estão sendo discutidas entre o MEC e as Instituições Federais de Ensino Superior.

Banco de Professor Equivalente

Foi publicada em 23 de julho de 2007, a Portaria Interministerial 224 do MEC/MPOG que atualiza o Banco de Professor Equivalente (BPE), que é o quadro de professores que as Ifes poderão dispor autonomamente. Cabe citar as duas mudanças em relação à Portaria 22:

1. Os professores substitutos passam a valer 1,00, independentemente da carga horária e a data de referência para o BPE, que passou a ser 30 de abril de 2007. Deve-se salientar que um professor Dedicção Exclusiva (DE) vale 1,55 pe (professor equivalente);

2. Um 40 horas 1,00 PE e um 20 horas vale 0,5 PE.

Registro Sindical

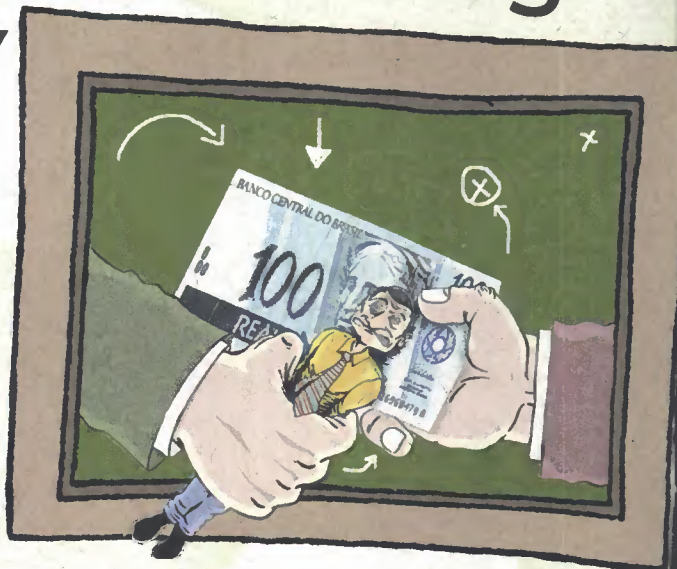
Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) foram prejudicados pela ausência de registro sindical da Andes. Durante a última campanha salarial dos professores da Unimep, foi preciso se valer da Convenção Coletiva assinada pelo Sinpro/Campinas, porque a Andes não possui legitimidade jurídica sindical, ao contrário do que afirma sua direção. Confira relato do representante da Adunimep, que está no Relatório do Setor das Ifes na seção Documentos da página eletrônica da Adufrgs (www.adufrgs.org.br).

DONNA MORTON

"A economia é uma estratégia para a mudança"

Pensando novas formas de tributos e inspirada pela experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre, a economista canadense Donna Morton fala nesta entrevista sobre o trabalho a frente do Centre for Integral Economics.

por **Clarissa Pont**
texto e foto



Donna Morton é diretora executiva do *Centre for Integral Economics* (em português, Centro para Economia Integrada), organização não governamental canadense que conduz pesquisas econômicas para tornar as cidades sustentáveis. Desde 2002, quando o Canadá assinou o Protocolo de Kyoto, a equipe de economistas e planejadores urbanos trabalha com três temas centrais: moradia para população de baixa renda, desenvolvimento de economia comunitária e mudanças climáticas. Em resumo, o Centro estuda como ajudar a resolver desafios ambientais e sociais, colocando na balança geração de emprego e desenvolvimento econômico, dois argumentos sempre utilizados pela indústria como desculpa para poluir. Contra esta idéia, Donna sustenta um discurso

impactante e defende que as empresas responsáveis pela poluição do ambiente devem pagar impostos mais altos. Ao contrário, o cidadão que construir uma casa sustentável pagaria menos tributos. Por exemplo, painéis solares, telhados vivos e métodos de aproveitamento da água da chuva funcionariam como pontos ambientais, garantindo descontos nas tributações. As soluções desta canadense atingem inclusive o que ela chama de terrenos improdutivos urbanos. Segundo ela, taxar com altos preços latifúndios estéreis no campo e na cidade é a melhor forma de reduzir a especulação imobiliária. Para Donna, por exemplo, prédios abandonados pela iniciativa privada e grandes terrenos de estacionamento deveriam ser utilizados para construção de moradias populares. Contrariando a lógica de decisões tomadas cada vez em um nível mais alto e burocrático, ela acredita que as deliberações deveriam estar contidas nas cidades, única forma de se dirigir um desenvolvimento sustentável. Todas estas idéias são resumidas pela economista como *smart taxes*, ou impostos espertos. Donna esteve recentemente no Brasil falando sobre as formas de construção desta nova forma de pensar a economia e conversou com a Adverso. Nesta entrevista, elogia a experiência de Porto Alegre com o Orçamento Participativo, que julga ser "uma inspiração para muitos outros lugares". ►

Adverso – Uma das principais justificativas dos órgãos públicos para não financiar projetos de bioconstrução para as famílias de baixa renda é que a durabilidade das edificações depende de uma mudança radical na relação dos seres humanos com as suas habitações. Como podemos garantir aos financiadores públicos o êxito das construções sustentáveis, para que as tecnologias regenerativas dos sistemas naturais possam ser aplicadas também em grandes centros urbanos?

Donna Morton – Dado o estado do mundo nas questões de pobreza e impacto climático, acima de tudo, é necessário que nós trabalhemos de maneira sistemática para reverter positivamente as injustiças sociais e para obter ganhos de sustentabilidade. É imperativo que haja interesse político para unir o social, o ambiental e o econômico na arquitetura e apontar estes três elementos como estruturas que possam durar e espalhar igualdade. Mover capital para projetos sustentáveis demanda que os governos gratifiquem as melhores práticas de cidadãos ou empresas e penalizem desempenhos nocivos ao ambiente em todos os setores. Construir com sustentabilidade é um ótimo exemplo onde programas de pequeno incentivo podem gerar um lucro líquido de grandes mudanças. Eu também sou uma grande fã de instituições financeiras que combinam o crédito para moradia com os valores da comunidade, ou revisam as uniões de crédito, criando novos acessos ao capital conectados a objetivos sustentáveis. Posso citar a *Triodos*, nos Países Baixos, e a *VanCity* União de Crédito, no Canadá, como exemplos mundiais de instituições financeiras que sacaram de verdade o que é sustentabilidade.

“Moedas alternativas e complementares são peças-chave para conquistar autonomia local e uma importante ferramenta de transição para que novos modelos de vida sejam construídos”

No Brasil, eu estive com o pessoal do Banco Real e eles talvez estejam dispostos a procurar novos produtos e construir uma nova união de crédito sustentável, o que seria bom para todos. A chave para fazer uma instituição financeira conseguir isso que você diz é que a educação das novas tecnologias precisará estar contabilizada no preço geral do financiamento.

Adverso – Discute-se muito a necessidade de justiça tributária do ponto de vista social. Como funcionaria uma política de justiça tributária voltada para a questão ambiental?

Donna Morton – Estou certa de que o debate sobre justiça tributária deve incluir tanto as pessoas que vivem hoje, como aquelas que estarão aqui no futuro. Ou seja, a justiça tributária precisa pensar as duas questões juntas. As pessoas desconfiam quando têm de pagar impostos por diversas razões. Os governos têm péssima fama quando é necessário tratar os impostos de forma honesta, razoável e transparente. É por isso que o papel público é tão importante; a experiência de Porto Alegre com o Orçamento Participativo é uma inspiração para muitos outros lugares.

Os impostos podem fazer o preço falar a verdade sobre os custos humanos e ambientais. Impostos ambientais podem ser de difícil aplicação, mas está tudo na forma como isto vai ser planejado; as pessoas consomem conforme a renda que possuem, assim impostos sobre consumo conseguem ser justos. O mesmo poderia ser pensando para o meio ambiente.

Adverso – Quais seriam as principais tecnologias para as grandes metrópoles do ponto de vista da sustentabilidade?

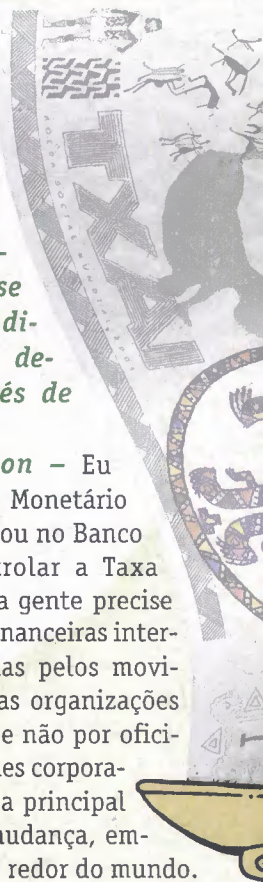
Estas alternativas já existem ou ainda precisam ser inventadas?

Donna Morton – Arquitetura social, o processo do Orçamento Participativo, outras formas de democracia direta podem gerar mudanças radicais, talvez sejam as ferramentas mais importantes para isso. As tomadas de decisão são fundamentais, os detentores do saber e do poder não podem resolver todos os problemas, nós precisamos engajar as pessoas nas decisões, todas as pessoas.

Em termos de tributos, aumentar os impostos sobre terras improdutivas, transformar prédios abandonados e grandes terrenos de estacionamento em locais para moradia popular são exemplos de boas alternativas para terminar com a especulação de terra nas cidades.

Adverso – Existe uma corrente de pensamento, inclusive entre personalidades africanas, que considera as políticas de ajuda internacional um fator de consolidação da pobreza no continente africano. Como a Taxa Tobin deve ser estruturada para não se tornar uma armadilha, que crie mais dependência ao invés de autonomia?

Donna Morton – Eu não confio no Fundo Monetário Internacional (FMI), ou no Banco Mundial, para controlar a Taxa Tobin. Acredito que a gente precise de novas estruturas financeiras internacionais, desenhadas pelos movimentos sociais e pelas organizações não governamentais e não por oficiais eleitos e por grandes corporações. A tributação é a principal alavanca para uma mudança, embora seja ignorada ao redor do mundo. Nós precisamos entender as tributações para conseguir utilizá-las no sentido de reinventar nossa economia.



Adverso – Existem algumas situações em que medidas restritivas funcionam mais que campanhas de conscientização. Por exemplo, é mais fácil reduzir a produção de lixo aplicando multas do que estimulando o consumo crítico. Nesta lógica, o crédito de carbono não seria uma licença para poluir?

Donna Morton – Os impostos têm mais efeito sobre o comportamento que programas educacionais, não que educar o público seja uma coisa ruim. De qualquer modo, fazer com que os preços digam a verdade é mais efetivo. No caso de taxar a produção de lixo, é bastante eficaz para transformar consumidores e empresários em pessoas mais atentas, mais orientadas sobre como investir em meios e modos de produção que tenham menos desperdício e gerem menos lixo. Eu acredito mais em taxar o carbono do que em esquemas para negociar emissões, ou seja, um país poder poluir mais e depois comprar créditos de outro.

Adverso – A senhora argumenta que, depois de militar em movimentos sociais por muitos anos, concluiu que a melhor forma de mudar as coisas é através da construção de outra economia...

“É imperativo que haja interesse político para unir o social, o ambiental e o econômico na arquitetura e apontar estes três elementos como estruturas que possam durar e espalhar igualdade”

Donna Morton – Eu senti que o movimento ambiental no Canadá estava parado por causa de argumentos econômicos e de geração de emprego em todas as questões. Então, acabei interessada em entender como a economia trabalha, quem faz as regras, quem ganha através delas e como os cidadãos poderiam estar dentro da economia, com o objetivo de retomá-la como sua e reconstruí-la com os próprios valores.

A economia é uma estratégia positiva para a mudança. Ao contrário de muitos que tentam domesticar os impactos da economia de mercado, se nós escrevermos as regras do jogo, poderemos construir grandes ganhos em pouco tempo.

Construir isso é uma forma de não se sentir sem forças frente à economia e de curar minha relação pessoal com ela. Além disso, de compartilhar este conhecimento com outros, particularmente com comunidades excluídas, pessoas que foram deixadas de fora da economia convencional, como as mulheres e a juventude.

Adverso – O que a senhora pensa sobre o comércio justo?

Donna Morton – É um tema complexo, que ainda não conseguimos atingir. As regras do comércio global foram construídas por uma pequena elite em benefício dela própria e em benefício das elites de cada país. Um comércio justo só será possível quando as pessoas fizerem parte da construção do sistema, o central é combinar sistemas para os valores e a cultura de cada local.

Adverso – E as experiências com moedas complementares?

Donna Morton – Moedas alternativas e complementares são peças-chave para conquistar autonomia local e uma importante ferramenta de transição para que novos modelos de vida sejam construídos. Mas acredito que também seja fundamental fazer com que a economia global dominante esteja perto da sustentabilidade. Caso contrário, serão diversas pessoas perdidas em um colapso, pobres presos nos tentáculos da globalização. Não acredito que podemos abandoná-los ao caos enquanto todo progresso que alcançamos são algumas moedas alternativas.

Adverso – Qual é a realidade no Canadá sobre estas questões?

Donna Morton – A situação no Canadá é irreal. As pessoas estão demorando para aceitar que há o problema da mudança climática, são politicamente ingênuas sobre o contexto mundial. Estão vivendo dentro de uma névoa que lhes deixa sonolentos e ainda estão muito confortáveis para abrir mão de um modo de vida que está matando o planeta. Os canadenses estão vivendo em uma das mais ineficientes sociedades do mundo. Talvez a mais ineficiente. Vivemos agora sob uma petro-moeda corrente e, assim, estamos terrivelmente amarrados à economia do carbono. A democracia canadense é falha, já elegemos dois governos por minoria e sem reformas eleitorais isso não vai mudar. Ottawa é controlada pelo petróleo e pelas companhias de gás, ali a política é um reflexo dos Estados Unidos. Os canadenses gostam de ver a si mesmos como progressistas, mas várias pessoas como eu estão com muita vergonha do país. Quando pensamos no papel do estado em conflitos internacionais, no tratamento econômico injusto com outros países do mundo e na exportação de malefícios ambientais. ■



VII RAM

Os caminhos da antropologia

Enquanto Christian Bromberger, professor na Universidade de Provence (França), revelava o Irã como um desafio antropológico, colocando em perspectiva a sociedade iraniana atual através de uma densa retrospectiva histórica; representantes de comunidades indígenas ensinavam culinária mbyá-guarani em fogões tradicionais, com pedras e troncos arranjados em uma fogueira. Tudo em pleno Campus Central da Ufrgs, durante a VII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), em Porto Alegre. A RAM congregou quase duas mil pessoas de diversas nacionalidades, entre antropólogos, estudantes e curiosos.

por **Clarissa Pont**
texto e fotos

"Até a especulação imobiliária começou a contratar antropólogos e pagar por pesquisas. Nosso ofício deve estar além do mercado", sentenciou Francisca Márquez Belloni, presidente do Colégio de Antropólogos do Chile. Com esta frase, Belloni resumiu uma das discussões que esteve presente em todas as mesas redondas, conferências, grupos de trabalho e simpósios da RAM: a pesquisa antropológica e acadêmica servindo a grandes corporações. Sob o título Desafios antropológicos, a RAM se preocupou em questionar a função do ofício do antropólogo. A antropologia no mundo, e em especial na América Latina, foi apresentada como fortemente conectada ao compromisso ético e de responsabilidade social.

Temas como propriedade intelectual; direitos sexuais, contracepção e aborto e a construção cultural de fronteiras na atu-

alidade dividiram as atenções de 23 a 26 de julho. A peça "O Santo Guerreiro", espetáculo baseado na vida de São Jorge, o santo mais popular do Brasil, de Xico Assis e Reginaldo Braga, esteve em cartaz durante os três dias. A programação cultural foi intensa, através da divulgação de pesquisas científicas com fotografia, filmes e audições de produções sonoras.

Para a presidente da VII RAM, Cornelia Eckert, "é preocupante o fato de alguns antropólogos passarem a ser demandados por grupos privados". Segundo a historiadora com doutorado em Antropologia Social pela Universidade Paris V, "não há ainda uma orientação da Associação Brasileira de Antropologia para este tipo de resposta, trabalhar em grupos privados ou com grupos favorecidos. Porque, classicamente e cientificamente, nós tentamos responder a demandas de grupos desfavorecidos".

Salão de Atos da Reitoria abrigou as três grandes conferências da RAM



A PARTIR DESTA EDIÇÃO, A ADVERSO PUBLICA UMA SÉRIE DE ENTREVISTAS COM CIENTISTAS SOCIAIS PRESENTES NO ENCONTRO EM PORTO ALEGRE.

Adverso – O que se vê na RAM é um mosaico de temas. Pode-se dizer que há uma linha comum na antropologia no Mercosul?

Cornelia Eckert – O próprio programa mostra que há uma diversidade de temas. Em termos de uma linha de pesquisa comum ao Mercosul, existe de fato, nessa sétima edição da reunião, um grande intercâmbio sobre determinados temas, mais ou menos clássicos na antropologia. Por exemplo, as questões indígenas, as questões de políticas afirmativas. Essas problemáticas atingem todos os países do Mercosul. Visitando o programa, você vai ver que há uma presença bastante expressiva de antropólogos de toda a América Latina. Eu mesma fiquei surpresa com o número de congressistas. Eram esperados em torno de mil, e estamos com quase dois mil congressistas, mais da metade estrangeiros e latinoamericanos. Nossa pergunta é: o que fez com que tanta gente viesse a Porto Alegre, em plena crise aérea e em plena crise de financiamento de recursos para participação em eventos? Não há dúvida que é a atualidade de determinadas linhas de pesquisa. Por exemplo, acredito que os temas da sexualidade, da homoparentalidade e de gênero tenham sido um dos eixos que atingiu o público latinoamericano. Outro tema bastante recorrente é a antropologia política, as questões de estado e fronteira. Além disso, o eixo temático das políticas afirmativas. Neste congresso, há muito mais a presença da discussão em torno dos temas indígenas de territorialidade e identidade, do que dos quilombolas. Este também é um tema, apesar de cada país possuir uma identidade diferente, que atinge toda América Latina.

Adverso – Ao final da reunião do Conselho Universitário que aprovou as cotas na Ufrgs, Zaqueu Jóprry Claudino, da tribo Kaingang na Lomba do Pinheiro, afirmou que “agora o índio, que sempre foi objeto de pesquisa, vai também ser pesquisador”. Qual horizonte se imagina para a universidade a partir daí?

Cornelia Eckert – De fato, não é uma novidade membros da população in-

dígena ou da população negra atuarem como profissionais antropólogos, isso em termos internacionais. Talvez no Brasil isso ainda aconteça de uma forma menos expressiva. Certamente este será um aspecto marcante no século 21, em termos das ciências humanas de modo geral, e em antropologia de uma maneira mais singular. Antropólogos de origem indígena, ou de origem afrobrasileira, cursando programas de pós-graduação, mestrado ou doutorado, permite que eles atuem de uma forma mais familiar, porque pertencem aos grupos. Trabalhem mediando justamente as políticas públicas. Isso significa que há uma mudança no próprio ofício do antropólogo. O interesse, por exemplo, de membros de áreas indígenas de cursarem antropologia se dá pelo fato de que eles podem atuar junto às políticas. Para que não fiquem também restritos aos muros acadêmicos, como foi a marca do século 20. Eu comentei na abertura justamente essa transformação em relação ao papel do antropólogo. Hoje ele está junto à construção de projetos de políticas públicas, assumindo essencialmente determinados cargos de representação política. A oportunidade das cotas faz com que haja, de fato, um interesse de se formar em antropologia. E para ter, na especialização e no domínio narrativo do discurso conceitual antropológico, uma maneira mais competente em termos de defesa científica para atuarem junto aos projetos de políticas públicas e nos movimentos sociais. Não há dúvida de que essa será a novidade do século 21, o que muito nos agrada.

Adverso – Faz parte da RAM o espaço ameríndio, como ele está estruturado?

Cornelia Eckert – A idéia do espaço ameríndio é para, primeiro, permitir que os grupos indígenas que habitam hoje em contextos urbanos, como é o caso de Porto Alegre, encontrem nesse congresso um espaço de discussão, de expressão e de troca com o público mais amplo formado por cientistas, alunos, militantes e indígenas conferencistas. Você deve ter informações de que há uma presença bastante expressiva dos índios no contexto urbano. Nós temos um fórum indígena e um debate específico no tema. O espaço ameríndio é um lugar de mercado, de venda de produtos, com as devidas autorizações. Até agradecemos a Ufrgs que tenha entendido esta proposta.

Os grupos indígenas estão oferecendo também aos visitantes especialidades da sua culinária. O fundamental, sem dúvida nenhuma, é à estruturação de uma arena de troca política, de discussão, deles se sentirem de fato parte de uma reflexão em torno do lugar e da situação indígena no contexto brasileiro, mas mais especificamente no caso de Porto Alegre.

Adverso – Diversos debates da RAM giram em torno do ofício do antropólogo. Até as discussões pelo Campus são sobre este tema. Esta é uma problemática atual da antropologia?

Cornelia Eckert – São duas situações diferentes. Uma é bastante tranquila em termos de uma antropologia moderna. Hoje os antropólogos têm uma grande demanda junto aos organismos não governamentais ou ocupando postos políticos de bastante expressão. Eduardo Soares, por exemplo, foi secretário de segurança no Rio de Janeiro. Temos vários antropólogos no Incra, na Secretaria da Mulher, tratando dos direitos humanos e mesmo no tema do envelhecimento, nas políticas de turismo. Isso significa que estamos ocupando um papel que talvez estivesse vago anteriormente, o fato de uma esquerda mais expressiva ter sido eleita tenha permitido esta demanda de antropólogos. Mas também há um elemento preocupante que é o fato de alguns antropólogos passarem a ser demandados em grupos privados. Não há ainda uma orientação da Associação Brasileira de Antropologia para este tipo de resposta, para trabalhar em grupos privados ou com grupos favorecidos. Porque, classicamente e cientificamente, nós estamos tentando responder a demandas de grupos desfavorecidos. De grupos populares e de temas sociais dos mais pertinentes às políticas contemporâneas. Temos de estar atentos a este tipo de realidade. A Coca Cola, por exemplo, pode contratar um antropólogo, ou qualquer outra empresa privada multinacional. É um novo mercado, mas este tipo de ocupação não está ainda devidamente acompanhada por uma reflexão. Não necessariamente estas novas demandas estejam respondendo a um sistema de valores éticos da produção antropológica. Não posso dizer que todos estejam atuando a favor do capital, mas... Não há dúvida de que é que um questionamento novo que preocupa a comunidade antropológica. ■

PRÓ-CÁLCULO

Programa ajuda alunos a superar dificuldades em matemática

Criado para ajudar calouros com dificuldades em matemática, o Pró-Cálculo faz parte de um conjunto de medidas tomadas pela Ufrgs para diminuir a evasão. A disciplina de cálculo é uma das que mais reprova, desestimulando muitos alunos que acabam abandonando a área de exatas ou até mesmo a universidade.

Habituação ao ritmo de estudo do ensino médio, quem entra na universidade e, de cara, tem que enfrentar a disciplina de cálculo, costuma se surpreender com o nível de dificuldade encontrado. Até mesmo os mais familiarizados com a ciência dos números podem se ver em apuros. Para auxiliar esses alunos novatos, o Instituto de Matemática da Ufrgs oferece, desde 2003, um curso preparatório à disciplina de cálculo, que acontece duas vezes ao ano, em fevereiro, para quem vai entrar no primeiro semestre e em maio ou junho para quem ingressa em agosto.

O curso é oferecido, inicialmente, aos aprovados que acertaram poucas questões de matemática no vestibular, que seriam os maiores beneficiados. Mas, curiosamente, cerca de 50% dos que se interessam tiveram alto índice de acerto. De acordo com a equipe de coordenação, a diferença de postura em sala de aula é significativa entre os que fazem o pré-cálculo e os que optam por não fazer. Para Liana Nacul, o cursinho preparatório não resolve todos os problemas, mas serve para alertar os alunos sobre a mudança de ritmo e conscientizá-los das falhas no ensino médio. Ela compara os ensinos médio e superior com duas estradas, uma de baixa e outra de alto tráfego. "Costumo dizer aos meus alunos que na universidade eles entram em uma pista de alta velocidade", conta. E para acompanhar os passos dos demais é preciso acelerar.

O objetivo, segundo a equipe que coordena o trabalho, formada pelas professoras Luisa Doering, Elisabete Burigo e Liana Nacul, é preparar os calouros para a metodologia de estudo da universidade, em especial para a disciplina de cálculo. Isso porque o nível de exigência na faculdade é maior e requer mais autonomia do aluno. "No ensino médio, eles são

CURSOS

O Instituto de Matemática promove regularmente cursos voltados para professores do ensino médio, quando são discutidos problemas detectados nas olimpíadas de matemática. O principal objetivo é encontrar formas de melhorar as aulas da disciplina, levando assuntos mais interessantes que possam prender a atenção do aluno.





LUISA DOERING, ELISABETE BURIGO E LIANA NACUL: através de ações combinadas, equipe trabalha para resgatar alunos com dificuldades em matemática.

acostumados a estudar apenas nas vésperas das provas. Na universidade, o estudo precisa ser contínuo e não sazonal", orienta Luisa Doering. Ela lembra ainda que no ensino superior interessa, além do resultado, o desenvolvimento do raciocínio, o que não é valorizado no ensino médio.

Essa metodologia voltada apenas para resultados seria uma consequência do modelo de vestibular, para o qual as escolas preparam seus alunos. A educação básica institucionalizada estaria então cumprindo um ciclo vicioso, que acaba estourando na universidade. A ausência ou deficiência de conteúdos de matemática no ensino médio também representam um problema, uma vez que hoje as escolas têm total autonomia para montar seus currículos, o que faz com que muitos alunos entrem na universidade sem ter visto matérias fundamentais.

Outro entrave apontado pela equipe do Pró-Cálculo nada tem a ver com a matemática, mas com a língua portuguesa. Ou seja, uma parcela significativa de estudantes chega ao ensino superior com falhas no aprendizado da língua escrita e falada, a ponto de não conseguirem entender exatamente o que pede o enunciado da questão ou explicar onde estão suas dúvidas para que o professor possa auxiliá-lo.

Turmas especiais

A partir da unificação da disciplina de cálculo I na Ufrgs, que começou em 1998 com a padronização do material didático, do cronograma de ensino e das provas, foi possível ter uma visão mais global dos alunos, detectar onde estavam os problemas e propor soluções. Surgiu então o Pró-Cálculo, que oferece, além dos cursinhos preparatórios, turmas especiais para quem obteve conceito D na disciplina pelo menos duas vezes. "A didática é diferenciada, com foco nos exercícios e o papel do professor é fazer com que o aluno consiga enxergar os erros", explica Elisabete Burigo.

Com isso, tem se obtido um índice de aprovação acima de 70%, quando nas turmas normais varia de 50% a 60%, con-

siderados pequenos pela equipe que coordena o Pró-Cálculo. O fato das turmas serem pequenas, o que permite um melhor atendimento, influencia nesse resultado, assim como o plantão de duas horas por dia para tirar dúvidas.

Um outro aspecto que merece destaque, segundo a equipe que coordena o programa, diz respeito à socialização dos alunos. Nas turmas especiais, como todos estão no mesmo nível, ficam mais à vontade para perguntar e tornam-se mais solidários. "Mesmo nas turmas normais, procura-se formar grupos mais homogêneos, para evitar desconforto", diz Luisa Doering.

ACONTECE

Fotografia Digital

O Núcleo de Fotografia da Faculdade de Comunicação promove, de 24 de setembro a 5 de outubro, o curso de Fotografia Digital 1, direcionado às pessoas com pouco ou nenhum conhecimento de fotografia digital. As aulas serão ministradas de segunda à sexta, das 19h30min às 22 horas e as inscrições podem ser feitas pelo [site www.fotografia.ufrgs.br](http://www.fotografia.ufrgs.br) ou no local (Rua Ramiro Barcelos, 2705, 3º andar - sala 314 - Campus Saúde). Mais informações pelos telefones 3308.5147.

PS Júnior

A PS Empresa Júnior da Escola de Administração está selecionando estudantes dos cursos de administração, economia, contabilidade e publicidade para integrar sua equipe de membros internos, ocupando vagas nas áreas de finanças, marketing, recursos humanos e relações externas. Os interessados podem inscrever-se até o dia 28 deste mês na sede da empresa, que fica na sala 1 da Administração (Rua Washington Luís, 855), ou através da página eletrônica www.psjunior.com.br relacionada abaixo, na seção "Trabalhe na PS". Mais informações pelo telefone 3308.3808.

Este espaço foi criado para mostrar o cotidiano nos campi da Ufrgs e os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores na universidade. Envie sugestões de temas e questões que envolvam a comunidade universitária

CAMPANHA SALARIAL 2007

Começam negociações com o governo

Representantes docentes se reúnem com MEC e MPOG e dão início, na prática, à negociação salarial de 2007.

Andes e Proifes apresentam pautas aparentemente com pontos em comum, mas que se diferem bastante na metodologia de incorporação das gratificações.

Divulgação Adufrgs

As duas entidades apresentaram propostas que têm como princípios fundamentais a isonomia e a paridade, ou seja, buscam corrigir distorções salariais que surgiram e cresceram ao longo do tempo. O presidente do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo, destacou que a ideia de modificar as tabelas salariais seria um primeiro passo para facilitar a reestruturação das carreiras, em direção a uma aproximação das duas hoje existentes.

A base da proposta do Proifes é a criação de um Vencimento Básico (VB) com duas partes, uma que seria igual para todos os docentes em cada classe/nível/titulação, composta pela soma dos atuais VB, GAE e GED/GEAD (com GED e GEAD plenas para todos e nos mesmos valores em cada caso), além da correção dos incentivos à titulação para os professores do Ensino Básico.

Haveria ainda no VB um segundo bloco variável, de acordo com as vantagens e anuênios de cada professor que seriam garantidos e reajustados nos mesmos montantes do outro. A isonomia dos adicionais por tempo de serviço e dos ganhos judiciais estaria em pauta na etapa de reestruturação da carreira. Segundo Gil Vicente, a proposta inclui o reajuste das perdas inflacionárias de 2005 e 2006, que não foram concedidas aos docentes, e que o índice sugerido de 7,22% seria o reajuste mínimo que todos os docentes deveriam receber.

Ele lembrou que alguns ganharão mais neste momento, devido à concessão da GED plena, aos ajustes na GED e na GEAD antes da incorporação e à correção dos incentivos à titulação, havendo reajustes imediatos de 15% a 20%. Segundo o sindicalista, com essa metodologia, não haveria o aumento das distorções salariais, ao contrário da incorporação pura e simples das gratificações, que trariam grandes reajustes para alguns professores e zero para os novos.

A proposta do Proifes pede ainda a concessão das FGs (Funções Gratificadas) e CDs (Cargos de Direção) para os que não a



9 DE AGOSTO DE 2007: representantes de docentes sentam na mesa com o governo para discutir a Campanha Salarial.

recebem e a correção das distorções criadas para os portadores das vantagens do Artigo 192 do RJU (Regime Jurídico Único) e do Artigo 184 do antigo Estatuto, que foram criadas com a Lei 11.344/06. O diretor de Relações Institucionais do Proifes, Eduardo Rolim de Oliveira, lembrou a necessidade de dotação orçamentária para a implantação de Saúde Suplementar, uma vez que Portaria do MPOG determinou que as Ifes façam planos de saúde suplementar para os servidores, o que já está em discussão em várias Universidades.

O presidente da Andes, Paulo Rizzo, sugeriu que, no processo de negociação, seja levada em conta a situação dos docentes que nas últimas negociações não conseguiram recuperar as perdas históricas. Ao explicar a metodologia adotada na construção da proposta da Andes, que prevê aumentos de 90% a 180%, ele disse que foram somados os valores de VB, da complementação do Salário Mínimo (SM) e das gratificações, compondo um piso salarial para os 20h, graduados. A partir daí foram calculados os *steps*, elevando-se arbitrariamente o teto até um valor que a

Andes entende que é o merecido pelo professor titular DE (Dedicação Exclusiva), não tendo sido usado para tal nenhum parâmetro de índice, mas sim a comparação com outras categorias dos SPFs (Servidores Públicos Federais). Para Rizzo, a extensão da GED tem um impacto pequeno e poderia ser concedido independentemente de outros processos.

Duvanier Paiva Ferreira apontou a dificuldade do governo em assumir gastos a mais em 2007, tendo em vista que os processos de 2006 teriam elevado (de 2006 para 2007) a folha de pagamento em R\$ 13 bilhões. Ferreira informou que a intenção do governo é criar um processo de médio prazo, em um período que contemple os três anos restantes do governo Lula, até 2010. Ele pediu um prazo para avaliar as propostas e afirmou que a posição do governo é pela ratificação da Convenção 151 da OIT, que trata da democratização das relações de trabalho e a implantação da Negociação Coletiva para os SPFs. A próxima reunião está marcada para o dia 23 de agosto, quando o governo deverá trazer sua análise sobre as propostas.

O Brasil tem escolas de dar inveja às européias e educadores extremamente dedicados, que encontraram meios alternativos de garantir um aprendizado que conduz os jovens ao conhecimento e à prática da cidadania. A afirmação é do português José Pacheco, idealizador da Escola da Ponte, uma escola sem diretor, sem salas de aula, sem divisão por séries ou turmas. "Uma escola sem muros", como define Pacheco, que atualmente passa mais tempo no Brasil, estudando as experiências brasileiras, que ele chama de "escolas invisíveis".

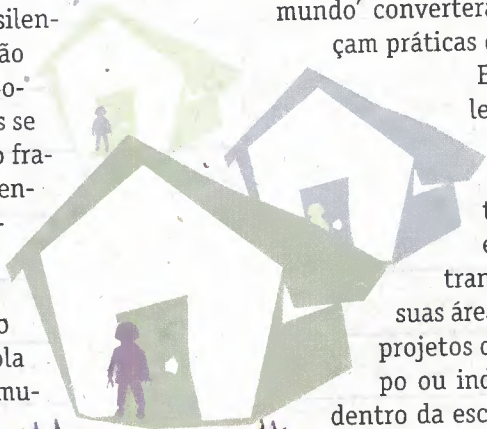
por Maricélia Pinheiro

Os educadores anônimos e as escolas invisíveis

A experiência da "Pedagogia da Roda", mostrada com detalhes na edição passada, poderia perfeitamente se encaixar nesta definição de "escolas invisíveis". Invisíveis por que desenvolvem um trabalho silencioso à margem do modelo de educação padronizado e instituído, enquanto poder público e educadores acomodados se debatem em busca de soluções para o fracasso escolar. E as soluções supostamente encontradas esbarram sempre na falta de recursos financeiros, quase nunca se questiona a essência e a maneira como os conhecimentos são transmitidos, a forma como a escola se posiciona diante do aluno e da comunidade, a postura do professor. Enfim, raramente se

fala em mudanças. E essa crise na educação não se restringe ao Brasil e aos demais países de Terceiro Mundo. Em um de seus artigos, Pacheco afirma que "as escolas do 'primeiro mundo' converteram-se ao digital, mas mantêm e reforçam práticas de ensino obsoletas".

E foi contra essas práticas de ensino obsoletas, que nos anos 70 nasceu a Escola da Ponte, situada em Vila das Aves, a 30 quilômetros da cidade do Porto, no norte de Portugal. Uma escola onde crianças e adolescentes - muitos deles violentos, transferidos de outras instituições - definem suas áreas de interesse e a partir daí desenvolvem projetos de pesquisa que podem ser feitos em grupo ou individualmente. As regras de convivência dentro da escola são determinadas pelos alunos e devem ser seguidas por educadores e familiares. ►





Em uma escola tão diferente, os problemas de adaptação são óbvios. Há professores que vão embora e alunos que estranham tamanha liberdade. Mas o sistema se mostrou viável, principalmente porque os educadores estão sempre abertos a mudanças e as famílias apóiam e defendem o modelo de escola idealizado por José Pacheco.

Outra grande diferença entre a Escola da Ponte e as demais é a ausência de diretor. "O poder tem que ser horizontalizado. Não pode haver mecanismos de controle, porque assim não há professores atuantes", disse Pacheco em uma entrevista à Folha Dirigida. Também não existem salas de aula na Ponte, mas sim "espaços de estudo", que são compartilhados por estudantes de idades variadas, inclusive portadores de necessidades especiais. Quanto às avaliações, outra vez os alunos atuam como protagonistas, pois são eles que definem quando estão aptos a serem avaliados.

Tanta novidade levou o escritor mineiro Rubem Alves, um dos maiores críticos da educação convencional, a definir a Escola da Ponte como "A Escola com que Sempre Sonhei sem Imaginar que Pudesse Existir", título dado a um de seus livros, no qual fala da inovadora experiência portuguesa. Tão inovadora que, para continuar existindo, precisou driblar o ministério da Educação de Portugal por 10 anos. Descoberta foi perseguida e sofreu ameaça de fechamento, mas manteve-se de pé e cresceu, graças ao apoio dos pais de alunos.

Fundamentação Teórica

O propósito de oferecer um modelo alternativo de educação nasceu calcado em ampla fundamentação teórica. Entre os que influenciaram profundamente, e ainda influenciam, a Escola da Ponte, está Paulo Freire¹. Na luta pela autonomia das escolas, após a ditadura de Salazar², Paulo Freire exerceu uma influência muito forte na educação de Portugal, assim como Edgar Morin³. Segundo Pacheco, o método de alfabetização não foi o mais relevante, mas sim a dimensão política do projeto e seu caráter ideológico.

O projeto da Escola da Ponte sofreu influência também de Maria Montessori⁴ e da educação libertária, na linha de Tolstói⁵ e Neill⁶. Ainda de Frenet⁷ e Dewey⁸, entre outros. Por isso, Pacheco costuma dizer que os idealizadores da Ponte não inventaram nada, apenas buscaram soluções para os problemas que tinham na teoria já existente.

Notas de rodapé:

1. Paulo Reglus Neves Freire (1921/1997) – educador brasileiro que destacou-se por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência.
2. António de Oliveira Salazar (1889/1970) – professor universitário, político e governante português. Foi líder da mais longa ditadura da história de seu país.
3. Edgar Morin (1921) – sociólogo, filósofo francês e pesquisador emérito do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique).
4. Maria Montessori (1870/1952) – educadora italiana, médica e feminista. Idealizadora do método montessori de aprendizagem, composto especialmente por um material de apoio em que a própria criança (ou usuário) observa se está fazendo as conexões corretas.
5. Liév Tolstói (1828/1910) – escritor russo muito influente na literatura e política de seu país.
6. Alexandre Manuel Vahia de Castro O'Neill (1924/1986) – importante poeta do movimento surrealista em Portugal.
7. Celestin Freinet (1896/1966) – pedagogo francês, importante reformador da Pedagogia de sua época, cujas propostas continuam referência para a Educação nos dias atuais.

A escola no Brasil

* Há algum tempo, José Pacheco escolheu o lado de cá do Atlântico para estudar e vivenciar experiências na educação. E é com conhecimento de causa que ele afirma: "hã, no Brasil, muitos professores que dão sentido às suas vidas, dando sentido à vida das crianças e das escolas...". Pacheco prefere não citar nomes, porque teme que as experiências alternativas possam naufragar se forem descobertas. No artigo intitulado "As escolas invisíveis", lembra o educador português que durante a ditadura militar brasileira muitos projetos pereceram, mas que isso não foi suficiente para sufocar uma nova geração de educadores que emerge. "Uma ruptura paradigmática se anuncia. As escolas invisíveis não prescindem de um patrimônio comum e são alheias a modas pedagógicas. Assistiram à ascensão e à queda do modismo construtivista, e foram imunes ao fenômeno... redescobriram Anísio Teixeira⁹ que, nos anos 30, defendia a necessidade de mudar a escola, para que esta se tornasse um instrumento de mudança social. Reencontraram Lauro Lima¹⁰, que, na década de 60, fez a reinterpretação brasileira do pensamento de Piaget¹¹. Recuperaram os contributos de Paulo Freire".

No mesmo artigo, Pacheco questiona porque os professores das escolas brasileiras não estudam devidamente os autores citados acima. "Talvez porque nos centros de decisão e nos lugares onde, supostamente, se produz ciência, abundem teóricos redundantes....", deduz. Os teóricos redundantes, segundo ele, "são uma praga na formação de professores" porque "não geram conhecimento, apenas especulações que se refutam mutuamente e não fertilizam as práticas". Para o educador, um dos obstáculos à mudança nas escolas está "no domínio de uma cultura pessoal e profissional dos professores, que os convida à acomodação".

Os educadores brasileiros estariam agindo por repetição, o que aponta para a necessidade de mudar a formação na universidade. "Se os professores são formados em métodos passivos, poder-se-á esperar que desenvolvam métodos ativos com os seus alunos?", questiona. Segundo ele, "muitos autores foram banidos dos manuais..." e muitas universidades ainda não se "libertaram de um conceito clássico de ciência, e reproduzem fundamentalismos pedagógicos estereis". Mas apesar dessa escola de formação que aí está, Pacheco afirma que "os professores das 'escolas invisíveis' rompem com o fatalismo da reprodução do insucesso e da exclusão".

Pacheco garante que o Brasil é rico em recursos humanos e desconhece o que tem de melhor. O que ele chama de "educadores anônimos que habitam as escolas invisíveis" não têm reconhecimento público, geralmente são mal remunerados – mas não usam o baixo salário como desculpa para a falta de ação – constroem uma escola para todos com garantia de qualidade, sem visar benefícios para si próprios e fazem milagres com os recursos dos quais dispõem. ■

8. John Dewey (1859/1952) – filósofo e pedagogo norte-americano.
9. Anísio Spínola Teixeira (1900/1971) difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em detrimento da memorização.
10. Lauro de Oliveira Lima (1921) – estudou a teoria de Jean Piaget e criou o método psicogenético, que enfatiza o trabalho por equipes em sala de aula, a partir de situações-problema.
11. Jean Piaget (1896/1980) – professor de psicologia na Universidade de Genebra de 1929 a 1954, conhecido principalmente por organizar o desenvolvimento cognitivo em uma série de estágios.

Fonte: www.wikipedia.org.br

JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA PACHECO



"O Brasil adota modas pedagógicas de fora, quando tem dentro tudo o que precisa"

Fotos divulgação Escola da Ponte

Educador português, idealizador da Escola da Ponte, experiência fundamentada na educação libertária que se destacou em Portugal a partir dos anos 70. Com o projeto "Fazer a Ponte", que deu origem à escola, ganhou em 1997 o primeiro prêmio do concurso "Experiências Inovadoras no Ensino". Autor de inúmeros artigos e vários livros, atualmente estuda práticas inovadoras na educação brasileira e participa de projetos junto ao Instituto Paulo Freire. Nesta entrevista, José Pacheco fala da ruptura com o modelo tradicional de escola e garante que há experiências no Brasil de causar inveja às escolas da Europa, e educadores extremamente dedicados, que dão sentido às suas vidas e à vida das crianças e das escolas.

por **Maricélia Pinheiro**

Adverso – Em todas as experiências alternativas de educação, é claro o desejo de romper com o modelo de escola tradicional. O senhor considera que a Escola da Ponte atingiu esse objetivo?

José Francisco de Almeida Pacheco – É evidente a ruptura com o modelo da Escola dita Tradicional. Como já disse, em outra circunstância, em 1976, a Escola da Ponte defrontava-se com um complexo conjunto de problemas: o isolamento face à comunidade de contexto; o isolamento dos professores; a exclusão escolar e social dos alunos; a indisciplina generalizada; a ausência de verdadeiros projetos e de reflexão crítica sobre as práticas; a hegemonia de metodologias centradas no professor. Quando compreendemos que precisávamos mais de interrogações que de certezas, definimos como objetivos: concretizar uma efetiva diversificação das aprendizagens tendo por referência uma política de direitos humanos que garantisse as mesmas oportunidades educacionais e de realização pessoal para todos; promover a autonomia e a solidariedade; intensificar a cooperação. Consideramos indispensável alterar a organização da escola, interrogar práticas educativas dominantes. Trinta anos é tempo escasso para atingir os objetivos do projeto. Foi somente o início. Em Educação, as grandes metas são alcançadas em pequenos passos.



Adverso – Há alguma experiência similar no Brasil?

José Pacheco – Acompanho muitos professores brasileiros que se envolveram em processos de inovação e mudança nas suas escolas. São "experiências" diferentes, mas que partilham da mesma intenção: transformar as escolas em espaços de educação de seres mais sábios e felizes. Nenhuma escola (brasileira ou de qualquer outra nacionalidade) deverá seguir os caminhos da Escola da Ponte. Desaconselho sequer a tentar, porque não existe, felizmente, possibilidade de clonagem de projetos.

Porém, a filosofia do nosso projeto tem pontos comuns a muitos outros e, sem riscos de decalque ou modismos, é bem possível que seja útil para as escolas e professores que se interroguem sobre o sentido da Escola.

Adverso – Como a Escola da Ponte pratica a educação inclusiva?

José Pacheco – A Escola da Ponte tenta praticar uma "educação inclusiva". As adaptações às necessidades manifestadas por alguns alunos considerados "especiais" conduziram à conclusão de que todos os alunos eram alunos especiais. Foi acrescentado às tradicionais dificuldades de aprendizagem o reconhecimento das dificuldades de ensino; concretizou-se um ensino diferenciado, um mesmo currículo para todos os alunos desenvolvido de modo diferente por cada um. Quando compreendemos que cada criança é um ser único e irrepetível, que seria errado imaginar a coincidência de níveis de desenvolvimento, avançamos com uma outra organização da escola. ►



"Quando os educadores compreenderem o logro em que labutaram durante tantos anos, não será tarde para mudar de rumo, mas muitas gerações terão sido sacrificadas a um ensino sem sentido, gerador de insucesso nos alunos e de sofrimento nos professores"



Fizemos construir um novo edifício escolar, para libertar a criança da rigidez de espaços tradicionais e favorecer processos de socialização e de transformação do aluno num ser social que confronta experiências de vida e as reelabora.

Adverso – E a alfabetização, como e quando acontece?

José Pacheco – A alfabetização acontece em todo o tempo e lugar. Na Ponte, existe o professor especialista em alfabetização e letramento. Por esta razão, as crianças não são forçadas a aprender todas do mesmo modo e no mesmo momento, como se todos fossem um só. Talvez por isso aprendam a ler e a escrever mais rapidamente e fiquem a amar os livros.

Muitas escolas dispõem de especialistas em artes, educação física, ou na educação de crianças ditas "especiais", coadjuvantes da monodocência. De igual modo (e muito mais) se justifica a existência de um especialista num domínio tão exigente como o da alfabetização. Eis o X da questão: se há, nas escolas, professores especialistas em expressão dramática, expressão plástica, etc., por que razão não há nas escolas professores especialistas em alfabetização? Por que razão se insiste no disparate de considerar que o professor monodocente e generalista (da primeira à quarta série) é um especialista em todas as áreas do currículo?

Não estou fazendo o apelo à disciplinarização das séries iniciais do fundamental, estou apelando ao bom senso e à ousadia de repensar a organização das escolas. Quem nunca passou pela prática concreta da alfabetização e letramento dificilmente o compreenderá. Cada ser humano é único e irrepetível. É indispensável considerar o ritmo de cada criança, o estilo de inteligência de cada criança, a cultura de origem de cada criança, o capital lingüístico de cada criança, o repertório de linguagens de cada criança.

O que está em causa não é a adoção do método A ou do método B. O que está em causa é a necessidade de as escolas reconfigurarem as suas práticas, para atenderem à diversidade. Na alfabetização como no resto...

Adverso – Em relação ao ensino sistemático, o senhor poderia explicar melhor o que seria esse "adestramento cognitivo"?

José Pacheco – Se bem entendi a pergunta, diria que as escolas insistem em práticas que resultam numa mera acumulação cognitiva. Para além de inúteis e prejudiciais, essas práticas enfermam de "sequencialidade regressiva" regulada pelo "sacrossanto vestibular". No futuro, quando os educadores compreenderem o logro em que labutaram durante tantos anos, não será tarde para mudar de rumo, mas muitas gerações terão sido sacrificadas a um ensino sem sentido, gerador de insucesso nos alunos e de sofrimento nos professores.

Adverso – Existe alguma semelhança da Escola da Ponte com a escola francesa descrita no documentário "Ser e Ter"?

José Pacheco – Algumas semelhanças e muitas diferenças... São práticas com diferentes referências. Assemelha-se mais ao tempo em que eu trabalhava sozinho, em escolas rurais. Antes de chegar à Ponte, também lecionei classes assim: poucos alunos, diferentes idades e séries. Na Ponte, é um coletivo que age e transforma. Passou-se de uma intervenção individual e inconsequente para a prática de um projeto coletivo, que logrou transformar uma escola pública degradada numa escola que obteve os melhores resultados nas provas nacionais e (muito mais do que resultados académicos) concretizou a reelaboração de uma cultura e assegurou a sua sustentabilidade.

"Ser e Ter" é um belo documento, mas um olhar mais atento detecta alguns "pecadilhos". A incomunicabilidade entre o professor e uma jovem "diferente" é um dos muitos exemplos que poderia citar. Mas, apesar dos "senãos" que contém, aconselharia os professores a verem esse filme.

Adverso – Como o senhor avalia o ensino básico no Brasil, em especial o da rede pública?

José Pacheco – O sistema educativo brasileiro surpreende pelos contrastes. No Brasil, encontrei o que de melhor e pior se pode identificar num sistema. O Brasil possui experiências mais ricas que as que pude encontrar na Europa. Dispõe de teóricos mais consistentes dos que encontrei em outros países, mas, ou os ignora ou os despreza. Encontrei projetos de excelência, que o País desconhece. O Brasil adota modas pedagógicas lá de fora, quando tem dentro tudo o que precisa. ■

PESQUISA

Quanto e como o RS cresceu

Nos últimos 40 anos, o Rio Grande do Sul manteve uma média de crescimento próxima da nacional, cresceu mais nas regiões que diversificaram suas atividades produtivas e pouco, ou ficou estagnado, nas áreas onde há grande concentração de terra e predomínio da monocultura.

A isenção fiscal para atrair indústrias pode não ser um bom negócio para o estado.

O diagnóstico é da Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS), que analisou a economia gaúcha de 1966 a 2006. O estudo, intitulado "RS em mapas e dados", servirá para subsidiar políticas públicas e embasar outras pesquisas. Uma análise sobre os fatores que determinaram esse quadro de desenvolvimento está sendo elaborada e, em 2008, o tema deve virar livro.

por Maricélia Pinheiro

Para o economista da FEE e professor da Ufrgs, Luiz Augusto Estrella Faria, o recente trabalho desenvolvido pela Fundação, em parceria com a Universidade de Santa Cruz (Unisc), veio para comprovar o que outros estudos já haviam vislumbrado.

"A economia do RS tem muita ligação com o restante da economia brasileira, principalmente com a do sudeste, por ser um estado onde a indústria representa 40% do PIB. Então, quando o Brasil cresce, o RS cresce mais e quando o País vai mal, o RS vai pior ainda", observa Faria.

Já em relação à agricultura, que representa de 15% a 20% do PIB gaúcho, segundo Faria, o crescimento do estado nem sempre acompanha o do País, devido às diferenças de clima, solo e tipo de cultivo. "Às vezes a safra brasileira é ótima e a do RS péssima, algumas vezes em decorrência de secas ou enchentes, entre outros fatores naturais", ressalta. Esse fato, diz ele, estaria ligado à falta de diversificação dos produtos cultivados.

A pesquisa da FEE, que abarca os períodos do chamado "milagre econômico", durante a ditadura militar; da escalada inflacionária, nas décadas de 80 e 90; e da estabilização da moeda, em meados dos anos 90, revela vários outros aspectos interessantes. Por exemplo, os municípios com maior renda per capita estão na região das Hortênsias, no litoral e no centro-sul, para onde costumam se mudar muitos aposentados. Estes, segundo o coordenador da pesquisa, Carlos Águedo Paiva, gastam o que ganham nesses locais, o que gera um aquecimento da economia.

Ao mesmo tempo em que o crescimento do RS como um todo ficou na mesma média brasileira, a região nordeste do estado apresentou taxas superiores às nacionais, enquanto o noroeste cresceu muito pouco. O estudo revelou ainda que a região sul apresentou um certo dinamismo em sua economia, ao contrário do que é comumente dito, com maior crescimento dos municípios localizados a leste (sudeste do estado). "Isso não significa que a região

sudeste esteja melhor que a sudoeste, que já tinha uma economia em patamar elevado, mas se manteve estagnada", esclarece Paiva.

Entre os municípios que mais cresceram, observa-se uma diversificação das atividades econômicas com a introdução da fruticultura e da produção leiteira. São pequenas propriedades, onde geralmente os próprios

donos trabalham e se organizam em redes de cooperação. Os que ficaram presos à monocultura – em especial da soja – ou, no máximo, permitiram o cultivo juntamente com a pecuária, apresentaram taxas de crescimento inferiores. A maioria desses municípios fica na fronteira oeste, onde estão concentrados os latifúndios, o que leva à constatação de que a divisão mais justa da terra gera maior crescimento.

Outra conclusão que merece destaque diz respeito à estratégia de conceder isenção fiscal como forma de atrair indústrias de fora. O estudo mostra que no RS a relação custo/benefício não tem sido favorável para o estado, o que é confirmado pelo economista Luiz Faria. "Em um passado recente achava-se que a indústria automobilística iria redimir o estado. Ora, a GM já está funcionando há 10 anos em Gravataí e não melhorou sequer o município. Claro que a cidade cresceu, atraiu muita gente e como era pequena o impacto foi grande. Mas chegou a um ponto e estagnou", observa.

Ele ressalta que esse tipo de atividade se desenvolve em cadeia mundial e os produtos para montagem dos automóveis são comprados de outros países, o que limita o crescimento local aos empregos gerados na fábrica e a alguns pequenos negócios que surgem em volta. Segundo Faria, nos casos em que o estado oferece isenção, podem haver mais perdas do que ganhos. "A empresa diz que vai investir um valor x, mas na verdade está investindo a metade, porque o resto foi o estado que colocou através da isenção. E o que retorna para o estado em termos de aumento de empregos e infra-estrutura é mínimo", analisa.

É preciso encontrar caminhos próprios de desenvolvimento

O modelo econômico proposto pelo atual governo do estado, que envolve a monocultura de eucalipto para produção de celulose, não vai resolver o empobrecimento da metade sul. A opinião é do economista Luiz Augusto Estrella Faria, compartilhada pelo engenheiro agrônomo e professor da Ufrgs, Carlos Nabinger. "Eu fico muito com o pé atrás com relação à idéia de que vai chegar aqui uma empresa e promover o desenvolvimento do estado", diz Faria. Na visão de Nabinger, o florestamento seria uma alternativa a ser somada a outras dentro de um sistema produtivo e não uma solução para a crise. Ambos acreditam que para gerar um impacto significativo na economia o eucalipto teria que ser plantado em larga escala, o que implicaria danos ambientais irreversíveis, conforme já foi atestado por estudos.

Para Luiz Faria, é preciso encontrar caminhos próprios de desenvolvimento. "O exemplo mais clássico na História é o dos países da Escandinávia, que acharam uma atividade na qual conseguiam ser muito produtivos, criaram empresas nacionais e ganharam um certo espaço na economia mundial. Em cima disso, construíram um estado de bem-estar que é o mais alto do mundo atualmente", observa. Segundo o economista, o modelo econômico adotado pela Escandinávia é baseado na diversificação da economia e no investimento em infraestrutura social, medidas apontadas pelo recente levantamento da FEE como geradoras de desenvolvimento. "Se for para importar alguma idéia, que seja essa da Escandinávia", sugere.

A organização em redes de cooperação, também atestada pela pesquisa da FEE como fator positivo de desenvolvimento, seria outra saída. Isso é viável, principalmente, em uma estrutura com menos concentração de propriedades e participação significativa das pequenas e médias empresas, situação na qual se encaixa o Rio Grande do Sul, segundo Faria. "A Itália investiu em cooperativas e obteve um crescimento econômico grande dos anos 80 para cá. Não estou falando de importar o modelo italiano, mas de inventar um para cá", explica.

Amortecedores

O fato da economia do RS ter se mantido mais ou menos estável nos últimos 40 anos está relacionado com a menor concentração de terra e com indicadores sociais superiores aos do resto do Brasil, que funcionam como amortecedores das crises. A conclusão do economista Luiz Faria é respaldada por vários levantamentos oficiais que mostram um maior índice de alfabetização e de desenvolvimento sócio-econômico no estado. "Quando se tem uma estrutura de proteção social mínima, uma situação de desemprego não leva à miséria absoluta, porque as pessoas conseguem continuar consumindo", justifica.

Ele lembra que, os municípios onde há 100% de alfabetização

LUIZ AUGUSTO
ESTRELLA FARIA



"É preciso encontrar caminhos próprios de desenvolvimento. O exemplo mais clássico na História é o dos países da Escandinávia, que acharam uma atividade na qual conseguiam ser muito produtivos, criaram empresas nacionais e ganharam um certo espaço na economia mundial"

ficam justamente na metade norte do estado, apontada pela pesquisa da FEE como a mais rica atualmente. "Essa divisão é meio esquisita, porque nessa metade norte tem uma região bem ao norte que é paupérrima. A metade sul é um pouco mais parecida com o resto do Brasil, do ponto de vista social, porque a propriedade é mais concentrada, há mais desigualdade", observa.

Um estoque histórico de riqueza, devido à abundância que houve no passado, faz com que, em alguns indicadores, a metade sul não pareça tão atrasada. "Até a década de 60 do século passado, a metade sul era a região mais rica do estado, em decorrência das altas rendas geradas pela atividade agropecuária. Então criou-se uma infra-estrutura urbana superior às de outras regiões. Isso tem funcionado como amortecedor à decadência dessa economia. É uma repetição do que acontece no Uruguai, um país que está economicamente decadente há anos, mas que apresenta indicadores sociais muito superiores aos do Brasil. Porque ele tem uma herança histórica do período em que essa atividade agropecuária, muito similar à da metade sul do RS, gerou muita riqueza", explica.

Fotos Clarissa Pont



Crise na pecuária é reversível

“Mas se a vegetação natural predominante do local não é árvore, por que nós temos que plantar árvore? Se a vegetação do local é campo é porque a própria natureza está dizendo que ali tem que ser campo”

CARLOS NABINGER

Enquanto o economista Luiz Faria defende que é preciso investir mais em pesquisas que possam apontar alternativas viáveis para a metade sul, inclusive do ponto de vista ambiental, o engenheiro agrônomo Carlos Nabinger tem todas as respostas. Um estudo, encomendado pelo governo passado e financiado pelo Sebrae, mostra que a crise da pecuária tem solução sim. E o que é mais curioso: a custo quase zero. Segundo Nabinger, seria possível, sem qualquer insumo, simplesmente usando os recursos naturais, aumentar de 60 para 240 quilos de ganho de peso vivo por hectare/ano. “Levamos quase 12 anos tentando convencer as entidades financiadoras de se ter esse diagnóstico em mãos. São dados, números, que apontam os problemas, onde eles estão e os possíveis caminhos”, conta.

Indagado se o atual governo tem conhecimento de tal estudo, Nabinger diz que “o poder público quando pega o diagnóstico não lê as conclusões, mas apenas alguns resultados, entre os quais está que a pecuária de corte, do ponto de vista financeiro e econômico, é um péssimo negócio”. A parte do estudo que cita propriedades que têm uma taxa de lucro muitas vezes superior a qualquer outro tipo de investimento é esquecida. Para ele, falta um pouco mais de conhecimento sobre as possibilidades reais de crescimento do bioma que ocupa a metade sul do estado. “Há um enorme potencial dentro dessa atividade econômica que poderia tirar a região dessa estagnação econômica”, garante.

As soluções são muito simples, assegura o engenheiro agrônomo, e passam por conceitos elementares como o manejo adequado dos pastos e da reprodução, e um rigoroso controle sanitário. “Chamo de manejo de pasto controlar a carga animal, ou seja, saber até quantos animais é possível colocar em um determinado pasto em cada estação do ano”, explica. Assim, na primavera, quando as temperaturas são mais altas e o volume de chuvas é razoável, o que aumenta a quantidade de forragem, teria que colocar mais animais em uma determinada área. Em contrapartida, diz Nabinger, se o verão é seco o ideal seria diminuir a carga animal para não correr o risco de queda no desempenho dos animais.

No inverno, quando a produção de pasto diminui devido às baixas temperaturas, uma maneira de resolver o problema é o que se chama de diferimento de pastagem. “Na época de maior crescimento, se fecha um piquete e deixa acumular forragem para que no frio ou na seca haja alimento para os animais. Não é preciso alterar o número de animais e sim a concentração em alguns piquetes. São técnicas de manejo simples que não custam nada”, garante o pesquisador.

Quanto ao manejo da reprodução, Nabinger explica que basta ajustar a época de acasalamento das fêmeas e de desmame dos terneiros. “Cerca de 10% a 12% dos produtores de bovino de corte não estão na estação de monta definida”, informa. O ideal, segundo ele, é que os acasalamentos aconteçam na primavera, para que as crias nasçam na próxima, quando os pastos estão com seu máximo de crescimento. Essa medida, diminuiria a proporção atual de duas vacas para um terneiro/ano para 1,3. “Somente isso, geraria um reflexo econômico imenso”, defende o agrônomo.

Um terceiro aspecto, segundo Nabinger considerado extremamente grave porque pode gerar reflexos negativos na exportação, é o controle sanitário. “Embora se possa imaginar que pela tradição que o estado tem em pecuária, práticas como vacinar e controlar verminose estariam dominadas, o diagnóstico apontou que esse é um dos pontos no qual a grande maioria dos produtores presta pouca atenção”, alerta.

Sustentabilidade

Além de garantir um significativo aumento da produção, a solução apontada pelo estudo para a crise na pecuária, seria também a melhor opção ecológica, uma vez que os campos estariam sendo usados para o que lhes destinou a natureza: servir de pasto. “Esse é outro aspecto importante que não vem sendo considerado pelo governo, que é o papel ambiental que as áreas de pastagens naturais desempenham para o equilíbrio ecológico da região como um todo”, diz Nabinger, referindo-se à proposta de florestamento como saída para o empobrecimento da metade sul.

Ele vai mais longe, ao afirmar que o problema ultrapassa o âmbito político e chega ao cultural, porque a ecologia sempre foi relacionada com árvores. “Mas se a vegetação natural predominante do local não é árvore, por que nós temos que plantar árvore? Se a vegetação do local é campo é porque a própria natureza está dizendo que ali tem que ser campo”, argumenta. A questão envolve ainda as bacias hidrográficas que, segundo Nabinger, no Rio Grande do Sul estão concentradas nas regiões de campos. “A preservação dos campos significa preservar essas águas, a qualidade e o volume”, ressalta.

Alguns temas em torno e além da questão das cotas e das ações afirmativas*

"...o antídoto está sempre contido no veneno"

(T. Serequeberhan, *The Hermeneutics of African Philosophy*)

I. Um dos principais cavalos de batalha dos acadêmicos que se opõem às cotas e às ações afirmativas tem sido a defesa do "universalismo" contra o que seriam políticas "focalizadas". Apesar de, na prática, essas últimas provocarem reações diferenciadas dependendo de quem seja o seu objeto (as "cotas raciais" parecendo ser as que mais polêmica provocam, o que por si mereceria uma reflexão), essa defesa do universalismo tende a se dar de um modo um tanto abstrato. Isso sugere que talvez valha a pena contextualizar mais a questão – e um primeiro passo nessa direção certamente teria a ver com a chamada modernidade. O que por sua vez permite inferir que seria interessante colocar o universalismo moderno num âmbito que inclua outros conceitos com os quais faz conjunto – entre esses, o de indivíduo e o de nação.

Talvez se deva recordar, neste contexto, que a noção de indivíduo – o sujeito por excelência do universalismo – desenvolveu-se em contraposição à de autoridade e de tradição. De início, porém, seu caráter era mais de prescrição assumida, e não o da suposta descrição empírica à qual, aos poucos, o termo indivíduo foi se reduzindo, o que ocultou, assim, essa sua natureza normativa. O ideal moderno seria o de um indivíduo livre de quaisquer peias externas, e cuja liberdade política seria a projeção daquela exercida no recôndito de sua mente; sua racionalidade distinguindo-se inclusive da dos gregos antigos, associada a uma cosmologia. Tratava-se agora, pelo contrário, da razão individualmente exercida sob a égide de princípios universalistas contrapostos à autoridade política e social. Nesse movimento, perdeu-se o espírito do humanismo renascentista, onde o que

se colocava era um deslocamento da autoridade de referência. E decretou-se a separação entre mentes pensantes e corpos, o recurso à "subjetividade" constituindo, quanto a isso, um fecho. Mesmo quando se estabelecem os limites da razão (Kant), o que fica de fora desses limites como questões interditas são exatamente as que dizem respeito à tradição, à cosmologia, etc.

Ora, hoje já se questiona se algum dia fomos, nesse sentido, modernos. Isto é, se realmente – ou pelo menos em que medida – operamos e nos constituímos segundo esses princípios de separação (que erigiriam como entidades em oposição não só mente e corpo, mas também sujeito e objeto, razão e afeto, indivíduo e sociedade, tradição e modernidade, e outras mais) e segundo essas definições de liberdade e interdições de autoridade. Ou se o que se fez, ao se naturalizar um universalismo europeu – aí incluída uma suposta biologia humana – não terá sido, de fato, uma substituição de autoridades. A perspectiva de quem se coloca de fora da Europa e sujeito a um processo de colonialidade é para esse questionamento preciosa. O processo de colonialidade devendo ser entendido como de longa duração: não restrito ao colonialismo, propriamente dito, mas permanecendo por muito mais tempo nas estruturas e nas mentalidades.

Assim sendo, desde que se duvide dessa entidade-indivíduo, cujo caráter associal fica evidente até quando a relação com o *socius* é expressa por via de um e conectivo, a questão do universalismo deve passar pelo crivo daquilo que ocorre num espaço em que se supere a oposição entre subjetividade e objetividade. Muito

por **Otávio Velho**

*Agradeço os comentários e informações de Amir Geiger, Crodowaldo Pavan, Emerson Giumbelli, Julio Tavares e Walter Colli.

poderia ser dito a esse respeito por uma ciência social que não se deixe paralisar pelos mitos modernos. Mas aqui talvez valha a pena nos concentrarmos em nosso próprio rincão, onde o mito da universalidade se associou de modo relativamente particular ao da nacionalidade, embora no âmbito da América Latina esse modo não seja nada incomum: ao mesmo tempo em que se propõe a diversidade, esta é mantida sob a égide de uma totalidade intocável, e isso se dá, inclusive, por intermédio da celebração da mistura (misturas raciais e outras). Celebração que, no caso, opera, não como permissividade, mas como princípio redutor da diversidade, inclusive enquanto último bastião do racismo. Princípio este facilmente detectável em qualquer teste sério que se faça, e que se revela, por exemplo (mas não só) na convivência dessa celebração da mistura com a lógica da valorização do branqueamento – o que desfaz a crença, no entanto ainda arraigada, de que somos indiscriminadamente e de forma não-qualificada acolhedores da diversidade. No âmbito das pertencas religiosas, por exemplo, tal crença na diversidade não é digna de crédito: pois o fato é que, afora alguns budistas, judeus e muçulmanos (de plantão, por assim dizer), estamos diante de um país em sua imensa maioria naturalizadamente cristão.



Essa crença erigida em mito teve (e ainda tem) eficácia inquestionável, sobretudo no âmbito das elites. Mas o que parece estar ocorrendo nos últimos anos é a sua gradual corrosão, e ele tende a ser substituído, por força de novas práticas

sociais e mesmo em função de seu comprometimento crescente com a justificação da discriminação.

Substituído por uma federação de atores coletivos



cuja unidade não está garantida a priori – o que parece assustador para os mais realistas do que o rei (rei posto no chamado Primeiro Mundo), que não se dão conta ou não têm gosto pelo que ocorre. Está em jogo, nessa federação, um outro tipo de liberdade, diferente da individualista e que pode provocar um sentimento de injustiça quando visto da ótica de interesses individuais possessivos.

Está em curso – é disso que se trata – uma reorganização da sociedade; se é que o conceito de sociedade ainda cabe. E aos intelectuais fica a honrosa posição de observadores, contanto que não se considerem externos ao que se dá e os únicos capazes de fornecer sentido a um mundo impregnado de niilismo. Pelo contrário, urge reconhecer sentidos intrínsecos e novos lugares de produção de conhecimento em relação aos quais pode-se almejar apenas a posição simétrica (nada óbvia, nem automática) de tradutores e eventuais mediadores. Mediadores provisórios, localizados e sem a pretensão da representação.

II. Curiosamente, alguns desses novos atores coletivos são atualmente mais visíveis fora dos grandes centros urbanos. É o caso dos movimentos indígenas e dos diversos movimentos de trabalhadores que se desenvolvem no campo, o mais conhecido dos quais é o MST. São movimentos que crescem em volume (a população indígena, por exemplo, está aumentando a um ritmo bem maior do que o do conjunto da população do país), mas também em sofisticação. A visita a um acampamento ou a um reassentamento rural revela de imediato a rede, nacional e internacional, a que estão ligados. E entre os indígenas, a existência de um Instituto Indígena Brasileiro de Propriedade Intelectual composto por advogad@s indígenas de diversas etnias, por exemplo, vai na mesma direção. É espantosa a velocidade com que essas populações entram em novos circuitos e se apropriam e redefinem categorias, por vezes fazendo parecer, por comparação, que provincianas são as elites, aparentemente tão caricatas e burlescas quanto nos tempos de Machado de Assis, que nesses mesmos termos referiu-se a elas.

E em todos esses casos espanta também a clareza com que esses novos atores fogem a qualquer definição essencialista de si mesmos: o participante de um acampamento ou de um reassentamento não precisa “provar” o seu passado rural, e os indígenas também são de variada procedência, a todo momento surgindo novos e insuspeitados agrupamentos. Constituem, certamente, novos focos de poder e organização, que, apesar de enfrentarem grandes dificuldades, atraem e fazem com que se redefinam identidades. É o caso dos secularmente marginalizados “ribeirinhos” da Amazônia, que em número crescente, e tal como em outros países da América Latina, vão se re-apresentando como indígenas. E sem que isso signifique abrir mão da importância das tradições. Estas são tratadas, no entanto, com grande desenvoltura e dinamismo, revelando, na prática, o que seria a “invenção da tradição” – algo que, aliás, em outros casos, não parece provocar especial comoção, sendo inclusive reconhecida pela antropologia, em noções como as de “comunidade imaginária” e “etnogênese”, a ninguém ocorrendo indagar qual o DNA da “nação”, por exemplo, para afirmar a sua existência.

Estão longe esses novos atores de aceitar o posicionamento reificado da tradição como pólo oposto ao da “modernidade”. O essencialismo está mais nos olhos

dos outros (aí incluídos gentis observadores de viés populista), a eles se respondendo por vezes com mais invenção ou reelaboração da tradição, inclusive com empréstimos dentro das redes de que fazem parte e abundância de sinais diacríticos que de certa forma respondem irônica e provocativamente às acusações de inautenticidade, criando assim uma dinâmica de produção ampliada da diversidade. O entusiasmo com que professores e alunos se dedicam nesses ambientes a seu mister e o aprendizado em geral de novas habilidades e de novas possibilidades de relacionamento (inclusive entre os gêneros) faz crer estarmos diante de verdadeira transfiguração cultural. Transfiguração que configura, molecularmente, uma modernidade alternativa, que ao contrário da dominante não é vivida como imposição, inaugurando-se, assim, uma via de desenvolvimento que se pode considerar democrática e que constitui precioso laboratório. Faz crer estarmos também diante do desenvolvimento de novos lugares de produção de conhecimento, que nos desafiam, ao mesmo tempo que nos impõem a modéstia do aprendizado que questiona certezas teóricas e, também, um relacionamento verdadeiramente simétrico com esses interlocutores.

Poder-se-ia dizer que esses novos atores estão transformando o país; quiçá o mundo, se pensarmos em seus congêneres com quem vão constituindo rede. É nesse contexto que se inserem os movimentos negros, a começar por quilombos e quilombolas, entendidos também num sentido dinâmico, que não se reduz às definições escolares. Sem essa reconstituição, é difícil compreendê-los. E compreender que estamos longe da ameaça de uma sociedade binariamente (des)constituída, pois são parte de um amplo conjunto de processos que operam simultaneamente. Outros exemplos não faltam.

Esta é a primeira parte do artigo encaminhado à revista *Adverso* por Otávio Velho, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde leciona Antropologia Social. Pesquisador de renome, é bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestre em Antropologia Social pela UFRJ e doutor em Filosofia pela Universidade de Manchester (Grã-Bretanha). Confira o texto na íntegra em www.adufrgs.org.br.



O projeto pode ter diversos usos, além de ensinar estudantes e o público em geral sobre Roma. Com o programa, é possível criar outros modelos urbanos, realizar experiências arquitetônicas, inclusive imaginando como a construção de uma nova edificação poderia modificar a umidade, a incidência solar e a temperatura em partes da cidade. O programa ainda pode ser renovado a cada nova descoberta e possui uma versão interativa da base pronta que está disponível no site. Assim, outros estudos podem ser realizados em qualquer parte do mundo para complementar o modelo de Roma e aprofundar a pesquisa.



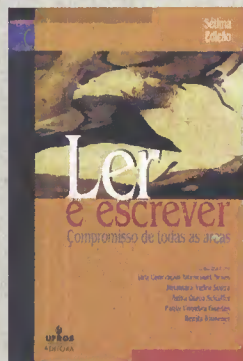
COMUNIDADE ANDINA
www.comunidadandina.org



Interessantes artigos, livros e pesquisas podem ser acessados neste *site* onde Bolívia, Equador, Colômbia e Peru estão representados. As buscas podem ser feitas por tema, autor ou título e, a cada semana, são apresentadas novidades. O *site* é em espanhol e oferece *links* para diversas revistas latinoamericanas.

Ler e Escrever

Compromisso de todas as áreas



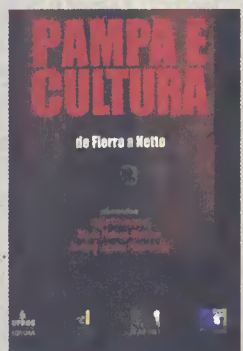
Organizadores:
Iara Conceição
Bitencourt Neves
Jusamara Vieira Souza
Neiva Otero Schäffer
Paulo Coimbra Guedes
Renita Klüsener

Editora da Ufrgs
232 páginas
R\$ 25

Uma resposta ao desafio de integração de tarefas na escola, de modo a relacionar os professores das diversas áreas e conteúdos. O acesso à leitura e à escrita deve constituir objetivo comum a todos os profissionais da escola, resguardadas estratégias diferenciadas para o desenvolvimento de cada disciplina.

Pampa e Cultura:

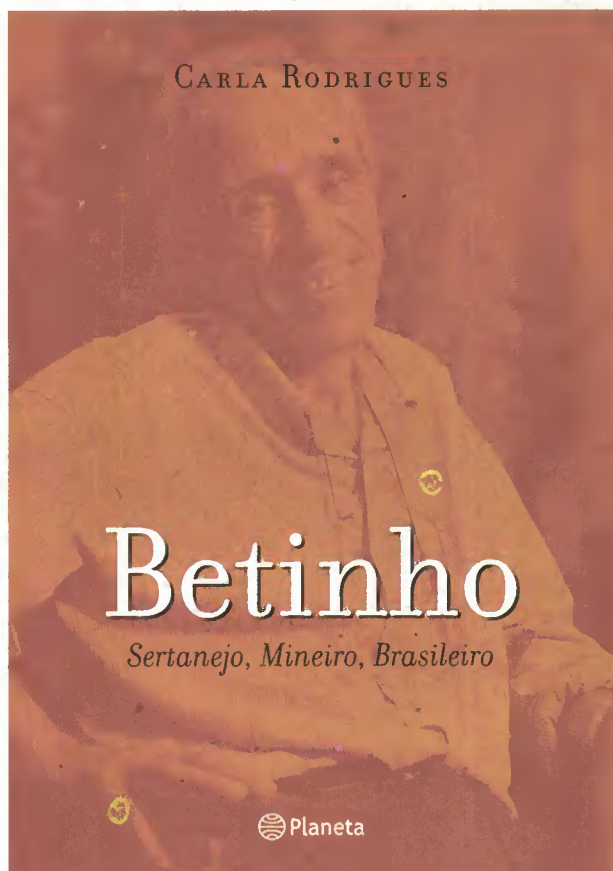
de Fierro a Netto



Organizadoras:
Lígia Chiappini
Maria Helena Martins
Sandra Jatahy Pesavento

Editora da Ufrgs
285 páginas
R\$ 10

A questão da gauchesca, de interesse regional, passa ter importância maior e significação mais ampla, quando se rediscute o Mercosul, tornando-se também necessária uma reflexão abrangente quanto à sua dimensão cultural. A obra propõe-se a analisar um recorte em manifestações culturais de zonas de fronteira brasileira com Uruguai e Argentina, atualizando estudos da literatura e cultura gaúchas.



Betinho:

sertanejo, mineiro, brasileiro

Todo personagem é um mosaico. Ao valorizar as contradições do trajeto de Betinho, Carla Rodrigues cria uma narrativa emocionante e monta o retrato de uma figura que em nenhum momento, em nenhum sentido, aparece como perfeita, linear, irretocável.

Carla Rodrigues
Editora Planeta do Brasil
320 páginas
R\$ 39,90

"Betinho: Sertanejo, mineiro, brasileiro" mostra um homem múltiplo, singular, por vezes surpreendente e, sempre, apenas humano.

A história se passa tendo como pano de fundo o quadro político de cada época – do movimento estudantil de esquerda nos anos 50 e 60 até as organizações da sociedade civil nas décadas de 80 e 90, passando pelos anos de chumbo. "É o retrato de um tempo e de uma juventude utópica, generosa, religiosa, voluntarista e revolucionária", diz no prefácio o jornalista Zuenir Ventura, que afirma desconhecer outro levantamento tão completo das ações católicas de esquerda dos tempos de JK, Jânio e João Goulart.

Herbert de Souza, o Betinho, nasceu no sertão semi-árido do norte de Minas Gerais. Carismático na ação política, era também sedutor na vida privada. Sociólogo, tinha pouca afinidade com as exigências do trabalho acadêmico. Conhecido pelo vigor sincero e contagiante com que pregava a solidariedade, era capaz de ser profundamente egoísta. Democrático na vida pública, podia ser autoritário nas relações profissionais e pessoais.

Católico por formação familiar, muito cedo aderiu à militância na JEC (Juventude Estudantil Católica) e na JUC (Juventude Universitária Católica). Na década de 70 viveu um longo período no exílio e na clandestinidade. De volta ao Brasil, se dedicou à campanha pela anistia. A partir daí, protagoniza algumas das mais importantes campanhas do processo de redemocratização do País, com destaque para a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

Hemofílico de nascimento, foi infectado pelo vírus da Aids, através de transfusão de sangue, em 1986. A perda dos dois irmãos – Henfil e Chico Mário, também contaminados em transfusões – levou-o a lutar pela prevenção ao HIV, com leis de controle dos bancos de sangue, campanhas de esclarecimento e distribuição de camisinhas e remédios gratuitos. Morreu convencido de que a cura viria, mas não sobreviveu para constatá-la.

Em uma das maiores densidades urbanas brasileiras,
 uma casa bioconstruída modifica,
 com arte, a lógica do desperdício.

por Clarissa Pont
 texto e fotos

Engenho e arte

São Paulo é uma cidade onde são construídos 400 prédios por ano. Somando edificações residenciais e comerciais, são mais de 28 mil, segundo dados da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp). Entre tanto cimento, aço e tijolo, uma experiência no Bairro Campo Belo, ao lado do aeroporto de Congonhas, une lixo, sobras de demolições e técnicas de bioconstrução para provar que é possível construir de um modo diferente. A Casa dos Hólons existe há quatro anos sacudindo conceitos de arquitetura e aproveitando a água, gerando energia e produzindo fertilizante.

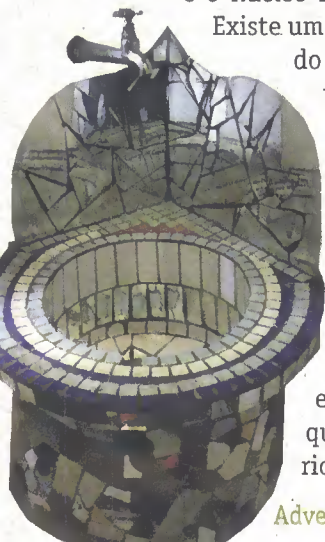
A casa é a evolução de um projeto anterior, chamado Jacutinga Centro Cultural, também em São Paulo. A diferença é estar encravada na segunda maior cidade da América Latina, e não na zona rural. "No momento da formação e do desenvolvimento das primeiras obras no Jacutinga, havia a necessidade de um imóvel de apoio. É um projeto urbano e um projeto de convergência. O Jacutinga, a Casa dos Hólons e o Sítio do Ecocentro, no extremo sul da cidade, são como uma rede bioregional. A casa é o núcleo mental e demonstrativo de toda esta rede.

Existe um plano de atuação dentro da cidade, buscando minimizar os efeitos de impacto no planeta", revela Tomaz Atlau, organizador do projeto. Para Atlau, a casa funciona como criadora de estímulo para as pessoas serem tecnologicamente e ecologicamente sustentáveis. "Um carpete de madeira, por exemplo, é mais barato do que tirar a madeira antiga do chão, lixar, restaurar e colocar de novo. A gente quer mudar a mentalidade do transformador aqui, não só a do excluído. Terminar com o preconceito de quem tem dinheiro. Se você trabalha com o rico, o estudante, o transformador, você gera

outros exemplos", argumenta Atlau.

"Quando a gente chegou aqui, deu um polimento na casa principal, construiu uma das cabanas do pátio, reformou as outras duas. O teto vivo que fizemos é uma mudança de cobertura no telhado. Em uma casa normal, você pode preparar uma estrutura mais forte, colocar terra e plantar em cima. A gente trouxe uma terra muito rica e não plantou nada, nasceu o que já estava ali. Temos tomate, orégano, mamona, caruru, picão, deve ter umas 30 espécies de plantas no nosso teto", enumera Luiz Vieira, catarinense que trabalha com bioconstrução em São Paulo há dois anos e é responsável pela parte técnica e educacional da casa. As construções foram feitas com material recolhido em obra, garrafas, há uma parede trançada feita com mangueiras de hidrante, as telhas são reaproveitadas, até os pregos são juntados na rua. O trabalho com madeira, a construção e os aquecedores solares da casa foram feitos por Vieira. A horta está no meio de um círculo de bananeiras e é irrigada com a água do chuveiro. "A gente recolhe a água de um pouco mais da metade dos telhados da casa. Guardamos para aproveitamento de rega de plantas, porque aqui tem uma época de seca muito grande. A gente economiza na água e diminui o consumo do sistema público. As águas cinzas, a gente reaproveita com um sistema de tratamento, nossa água suja também não volta para o sistema público", conta Vieira.

Para Chelah Gonzá, gaúcho radicado nordestino e arte educador, a ideia é mostrar conceitualmente a diferença entre o que se entende por lixo. "O que é lixo para a maioria das pessoas, para nós é recurso", resume Gonzá, e avalia: "Usar a bioconstrução mesclada com o belo é sedutor, naturalmente". A casa impressiona pela beleza, ainda mais quando o visitante descobre que as cabanas e hortas são feitas de pneus, garrafas e todo o tipo de sobra que a cidade não quis. "O que temos aqui são soluções para as favelas, por exemplo, as ecocabanas, os pequenos jardins. Ali falta informação. O burguês





joga o lixo fora e tem vezes que esse lixo é madeira de ipê, com uma parte arranhada, ou com cupim. A Amazônia continua sendo derrubada atrás dessa mesma madeira nobre que é jogada no lixo e substituída por acrílico ou outras coisas. E o que acontece? O cara da favela pensa que, se o burguês jogou fora, não serve para nada. Aí que entra a sedução pelo belo, a favela precisa de resolvimento com *design* e informação”, explica Gonzá.

Campo Belo, onde está a casa, é um bairro residencial de classe média. Está entre o Brooklin e Moema, bairro para onde os abonados paulistanos estão fugindo com a finalidade de construir prédios seguros e luxuosos. Na contramão desta lógica de construir prédios cada vez mais altos, modernos e cercados, a bioconstrução praticada em Campo Belo busca integração ao ambiente, conforto e baixo custo. O que não é novidade, muitas das técnicas aplicadas na casa são milenares e estão sendo resgatadas ao redor do mundo. Na Austrália, 20% das novas construções são de taipa de pilão, que usa terra crua no lugar dos tijolos. Na Colômbia e Costa Rica, o bambu é utilizado como estrutura de prédios, em vez de ferro e concreto. “Queremos uma base para inspirar outros. As pessoas entram aqui e perguntam: existe isso na cidade? Queremos inverter aquilo da pessoa entrar em uma loja ou em um shopping, ver tudo bonitinho e comprar. Nos projetos aqui da casa, as pessoas têm que participar. Queremos gerar produção cultural também, sempre imaginando transformar o excedente da cidade em abundância para gente”, prevê Atlau.

A casa é um ponto de estímulo de economia solidária, e reúne clubes de troca. “Qual é o salto disso? Aqui temos várias notas de gente que trabalha com economia solidária, temos o **TXAI** que foi utilizado no Fórum Social Mundial, quer dizer, é uma moeda alternativa que, de alguma forma, chegou aqui”, conta Atlau. “Mas queremos construir outra coisa, que não seja brincar de banco imobiliário, que é bem intencionado, mas queremos algo que possa ser apresentado para a comunidade como alternativa real à economia, que tenha inclusive um formato jurídico. Criar uma associação, quase um clube. O cara é sócio do clube, mas ele não vai lá jogar futebol ou fazer churrasco, ele vai plantar árvore, participar do clube de troca. Uma associação que envolva bioconstrução, práticas de economia solidária, baseada na cidadania”, explica.

O Relatório de Qualidade do Ar no Estado de São Paulo revela que os 6,5 milhões de veículos que circulam na Região Metropolitana da cidade constituem a fonte mais significativa de



poluição do ar. Segundo a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) do Governo de São Paulo, os 645 municípios paulistas geram, diariamente, 28,4 mil toneladas de resíduos sólidos domiciliares. O Relatório da Cetesb para este ano ainda apurou que apenas 30% das praias paulistas foram consideradas próprias para banho durante todo o ano, e 11% apresentaram qualidade péssima. Duas amostragens anuais em rios e córregos afluentes às praias revelaram que só 20% dos cursos d'água atenderam aos padrões estabelecidos pela legislação e 80% apresentaram resultados superiores ao limite de coliformes por mililitros de água. Para Vieira, “o lugar que mais precisa de bioconstrução e de desenvolvimento sustentável é o meio urbano, o lugar que tem mais gente. E, além disso, o lugar que tem menos recurso. Na cidade, o desafio é maior porque o sistema já está todo feito. Está definido que o esgoto vai para tal lugar, a energia elétrica vem da hidroelétrica que está a milhares de quilômetros. Tudo programado para funcionar assim e para ser confortável, para dar a impressão de que a pessoa não precisa fazer nada, além de trabalhar para ganhar dinheiro e trocar por outras coisas”. “São Paulo pra mim é um estudo de caso, é a megalópole brasileira. Por isso, voltei toda minha arte para a educação ambiental, para estar na cidade e entender como ela funciona. Muita coisa vai ser decidida nos grandes centros e não nas ecovilas. Por isso é tão necessário educar”, resume Gonzá.

Brasil cresce na produção científica

O Brasil conquistou, em 2006, a 15ª posição no *ranking* dos países com maior produção de conhecimentos científicos do mundo. Isso significa a conquista de duas colocações em comparação com 2005. Para o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), Jorge Guimarães, esse avanço estava previsto para ocorrer somente após 2008. Dados da Capes e da Thomson ISI, uma das maiores bases de dados científicos do mundo, mostram que os pesquisadores brasileiros pu-

blicaram 16.872 artigos nas mais importantes revistas científicas do mundo, quatro vezes menos do que os alemães, que publicam 8,1% do total mundial. O Brasil ultrapassou Suécia e Suíça.

Os dados confirmam, segundo Guimarães, a relação direta do crescimento da ciência brasileira de alto nível com a formação de mestres e doutores. No topo do *ranking* estão os Estados Unidos, responsáveis por 32,3% da produção científica mundial, e a Alemanha, com 8,1%. [Fonte: MEC]

Eficiência bípede

Um novo estudo demonstra que andar em duas pernas custa aos humanos apenas um quarto da energia despendida por chimpanzés, que, ao caminhar, apoiam-se também sobre as patas dianteiras. Para os pesquisadores, a economia de energia pode ter sido o motivo da passagem dos ancestrais humanos à posição ereta. O estudo será publicado em breve na edição impressa da revista *Proceedings of the National Academy of Sciences (Pnas)*.

A equipe, do departamento de Antropologia da Universidade de Nova York, mediu quanto de oxigênio cinco chimpanzés e quatro voluntários humanos queimaram ao andar em uma esteira: os macacos em duas ou quatro patas e os humanos em duas pernas. O andar humano gastou 75% menos energia do que o de chimpanzés – em duas ou quatro patas. Os macacos, em média, utilizaram tanto oxigênio ao caminhar em duas quanto em quatro patas. No entanto, um dos chimpanzés, com passos maiores, foi mais eficiente na caminhada ereta.

As variações no custo energético entre o andar bípede e o quadrúpede, assim como entre humanos e macacos, são explicadas, de acordo com os cientistas, por diferenças biomecânicas. O estudo indicou que o consumo de energia cresceu quando os passos são mais curtos ou quando há mais atividade da massa muscular. Pernas compridas e uma mudança na estrutura pélvica permitem que os humanos reduzam ambos os fatores.

[Fonte: Agência Fapesp]

O risco da escassez

O aquecimento global não é a única ameaça à vida no planeta. Está em curso o que os especialistas qualificam de “crise da água” e que já compromete as condições de vida e saúde de uma ampla parcela da população. Calcula-se que pelo menos um terço da população mundial já tenha dificuldades de acesso à água, sobretudo nas regiões setentrional e norte da África. Mais precisamente: 1,3 bilhão de pessoas não dispõem de água potável e 2 bilhões não são atendidas por serviços de esgotamento sanitário.

Ao longo de milhares de anos a civilização sobreviveu consumindo a água disponível na superfície do planeta. No último século, com o avanço da tecnologia, a humanidade passou a consumir também a água subterrânea, armazenada em lençóis freáticos, aquíferos, entre outros. O problema é que nas áreas áridas, semi-áridas e nas grandes cidades esse estoque de água começa a ficar comprometido.

O quadro se agrava com a longa história de uso inadequado dos recursos hídricos, poluição de mananciais e manejo irresponsável e deverá complicar-se ainda mais nos próximos anos, com o crescimento de países, o aumento da concentração urbana e a consequente demanda por água potável. Para responder a esse desafio, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) propôs ao InterAcademy Panel (IAP) – que reúne 96 academias de ciências de todo o mundo em torno de projetos de grande impacto para o avanço do conhecimento – a criação do Water Programme, um programa internacional de pesquisa e inovação sobre recursos hídricos.

[Fonte: Agência Fapesp]



O doce controle da pressão

Comer um pouco de chocolate todos os dias pode ajudar a baixar a pressão sanguínea, sem ganho de peso, afirma um estudo publicado recentemente pelo *Journal of the American Medical Association (Jama)*. Pesquisas anteriores haviam indicado que o consumo de grandes quantidades de alimentos contendo cacau poderia diminuir a pressão sanguínea, provavelmente devido à ação dos polifenóis.

A equipe coordenada por Dirk Taubert, do Hospital Universitário de Colônia, na Alemanha, descreveu os efeitos de baixas doses regulares de cacau na pressão sanguínea. Os testes, realizados entre janeiro de 2005 e dezembro de 2006, incluíram 44 adultos com idades entre 56 e 73 anos e alto nível de pré-hipertensão não tratada ou no primeiro estágio de hipertensão. Com o baixo consumo do chocolate escuro, a prevalência de hipertensão caiu de 86% para 68%. “Embora a magnitude da redução da pressão sanguínea tenha sido pequena, os efeitos são clinicamente observáveis. Numa base populacional, estima-se que uma redução de 3 mmHg na pressão sistólica reduziria o risco relativo de mortalidade por derrame em 8%, de mortalidade por doença arterial coronariana em 5% e da mortalidade em geral em 4%”, diz o artigo.

[Fonte: Agência Fapesp]

a história

DE QUEM FAZ



2005

Neste ano, o Fórum Social Mundial reuniu muita gente contra a invasão do Iraque. A ocupação estadunidense no país, que começou em março de 2003, segue até hoje, por decisão de George W. Bush. A razão para início da guerra era a presença de armas de destruição em massa que, supostamente, o governo iraquiano teria em estoque e que, segundo Bush, representavam um risco à nação, abalada desde os atentados de 11 de setembro de 2001. A decisão de invadir o Iraque ocorreu sem a aprovação do Conselho de Segurança

da ONU, mas com o apoio dos então chefes de estado Silvio Berlusconi (Itália), José María Aznar (Espanha) e Tony Blair (Reino Unido). Segundo o *site* Iraq Body Count, que conta o número de registros de civis mortos desde a intervenção estadunidense no país, já são 73,611 mil pessoas. Na manifestação contra a ocupação de 26 de janeiro, em Porto Alegre, pessoas do mundo todo afirmavam que uma cultura de paz é possível.

SEÇÃO SINDICAL DA ANDES SP
ASSOCIADA AO PROFES

ADufrgs

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

30 ANOS
3000 SÓCIOS